

Instituto Politécnico de Setúbal



Escola Superior de Ciências Empresariais

O IMPACTO DA ADOÇÃO DO SNC NO CAPITAL PRÓPRIO DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

Paulo José Rodrigues da Costa

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau
de

MESTRE EM CONTABILIDADE E FINANÇAS

Orientadora: Prof.^a Doutora Ana Bela Teixeira

Setúbal, 2012

À memória da minha filha

Bruna

Sempre no meu pensamento e no meu coração.

Agradecimentos

A realização deste trabalho teve o incentivo e colaboração de várias pessoas, às quais quero aqui expressar os meus sinceros agradecimentos.

Começo por agradecer à orientadora deste trabalho, Professora Doutora Ana Bela Teixeira, pelo seu apoio, dedicação, empenho e disponibilidade, com que sempre me acompanhou ao longo destes meses. O seu “acreditar” nas minhas capacidades foram um incentivo essencial para a conclusão desta tarefa.

Agradeço à minha esposa Maria José por todo o apoio e incentivo que me deu nesta “longa caminhada” e pelo seu constante amor e carinho.

Este trabalho é a conclusão de dois ciclos de estudos, a Licenciatura e o Mestrado. Não seria possível sem o apoio e ensinamentos dos professores que ao longo destes seis anos me têm acompanhado. A todos eles, e a cada um deles, os meus sinceros agradecimentos pelos seus ensinamentos, dedicação, empenho e disponibilidade.

Índice Geral

1.	Introdução	1
2.	Revisão da literatura.....	6
2.1.	Estudos sobre os impactos na adoção das NIC e do SNC	6
2.2.	POC versus SNC.....	9
2.2.1.	Principais diferenças entre os normativos	10
2.2.1.1.	Características, pressupostos e bases.....	12
2.2.1.2.	Demonstrações Financeiras	14
2.2.1.3.	Contas	15
2.2.1.4.	Diferenças e alterações com impacto no capital próprio.....	16
2.2.1.5.	Diferenças e alterações sem impacto no capital próprio	31
2.2.2.	Processo de adoção do SNC	33
3.	Estudo Empírico	35
3.1.	Metodologia	35
3.2.	Amostra.....	36
4.	Análise e Discussão dos Dados Obtidos	43
4.1.	Impactos nos capitais próprios.....	43
4.2.	Origens dos impactos nos capitais próprios.....	46
4.3.	Consequências na análise dos rácios.....	50
4.4.	Comparabilidade com as NIC	53
5.	Conclusão	57
6.	Referências	61
	Apêndice 1 – Características das empresas utilizadas na amostra.....	66
	Apêndice 2 – Variações nos capitais próprios	67
	Apêndice 3 – Calculo das variações nos CP sem os subsídios ao investimento.....	68

Índice Quadros

Quadro 1 - O Balanço na perspetiva patrimonial.....	3
Quadro 2 - Estudos sobre os impactos da adoção das NIC e do SNC	7
Quadro 3 – Características, Pressupostos e Bases	12
Quadro 4 - Demonstrações financeiras	14
Quadro 5 - Classes de Contas	15
Quadro 6 - Mensuração das Participações Financeiras.....	22
Quadro 7 - Empresas da amostra	38
Quadro 8 - Caracterização da amostra - em relação à dimensão	39
Quadro 9 - Caracterização da amostra - em relação à atividade	40
Quadro 10 - Caracterização da amostra - em relação aos valores.....	41
Quadro 11 - Impactos nos CP pela adoção do SNC.....	43
Quadro 12 - Variações dos capitais próprios	44
Quadro 13 - Origens dos aumentos dos capitais próprios.....	48
Quadro 14 - Origens das diminuições dos capitais próprios.....	49
Quadro 15 - Evolução de indicadores	51
Quadro 16 - Evolução dos indicadores nas entidades com aumento nos CP.....	52
Quadro 17 - Evolução dos indicadores nas entidades com diminuição nos CP.....	52
Quadro 18 - Impactos nos CP pela adoção do SNC mas sem subsídios.....	54
Quadro 19 - Variação nos capitais próprios (com e sem Subsídios)	56

Índice Gráficos

Gráfico 1 - Origem dos capitais	41
Gráfico 2 - Amplitude das variações dos capitais próprios em %	45
Gráfico 3 - Amplitude das variações dos capitais próprios em valor	46
Gráfico 4 – N° de alterações.....	47
Gráfico 5 - Comparação da evolução dos CP (com e sem subsídios).....	55

Lista de Siglas e Acrónimos

CAE	Classificação Portuguesa de Atividades Económicas
CNC	Comissão de Normalização Contabilística
CP	Capitais Próprios
DACP	Demonstração das Alterações no Capital Próprio
DC	Diretriz Contabilística
DF	Demonstrações Financeiras
DR	Demonstração de Resultados por Naturezas
ESNL	Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo
FIFO	<i>First IN First OUT</i>
IAS	<i>International Accounting Standard</i>
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IES	Informação Empresarial Simplificada
IFRS	<i>International Financial Reporting Standard</i>
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
IRC	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas
IRN	Instituto dos Registos e do Notariado
LIFO	<i>Last IN First OUT</i>
NCM	Normalização Contabilística para Microentidades
NCRF	Norma Contabilística e de Relato Financeiro
NCRF-PE	Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Pequenas Entidades
NIC	Normas Internacionais de Contabilidade
POC	Plano Oficial de Contabilidade
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
UE	União Europeia

Resumo

A aplicação do Plano Oficial de Contabilidade criou durante anos dificuldades de comparabilidade em termos de relato financeiro entre as empresas portuguesas e suas homólogas estrangeiras que utilizavam outros normativos.

Em Portugal, o processo de harmonização contabilístico deu um passo importante, em 2005, aquando da adoção das normas internacionais de contabilidade por um determinado, mas restrito, grupo de empresas.

Para as restantes, este processo deu-se com a aprovação do Sistema de Normalização Contabilística, que entrou em vigor no início de 2010.

Com estas alterações Portugal aproxima-se das normas de relato financeiro aplicadas na maioria dos países europeus.

Neste trabalho pretende-se analisar o impacto que a adoção do novo normativo contabilístico teve nos capitais próprios das empresas.

Utilizando as últimas demonstrações financeiras apresentadas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade e as primeiras apresentadas de acordo com novo normativo comparamos os capitais próprios e através da análise de um conjunto de empresas verificamos os impactos daí resultantes.

Do estudo conclui-se que, a adoção do novo normativo teve impacto muito diverso nos capitais próprios das empresas. Para a maioria das empresas (60%) a variação dos capitais próprios foi nulo ou inferior a 5%, tendo as restantes variações superiores.

Conclui-se, ainda, que a alteração com maior impacto nos capitais próprios foi a reclassificação dos subsídios ao investimento fruto de um critério de apresentação do Sistema de Normalização Contabilística que contradiz as normas internacionais de contabilidade.

Palavras-chave: *Harmonização Contabilística, SNC.*

Abstract

The application of the Official Accounting Plan for years created difficulties in terms of comparability of financial reporting among Portuguese companies and their foreign counterparts using other normative.

In Portugal, the accounting harmonization process took an important step in 2005, when the adoption of International Accounting Standards for a certain, but limited, group of companies.

For the rest, this process took place with the approval of the Accounting Standards System, which came into force in early 2010.

With these amendments Portugal is approaching the financial reporting standards applied in most European countries.

This paper aims to analyze the impact that the adoption of new accounting standards had in the equity of companies.

Using the latest financial statements presented in accordance with the Official Accounting Plan and first presented in accordance with new regulations compare the equity and through analysis of a set of companies we check the resulting impacts.

The study concluded that the adoption of the new standard had very different impact in equity of companies. For most companies (60%) the change in equity was zero or less than 5%, while the remaining variations superiors.

We conclude further that the change with the greatest impact on equity was the reclassification of investment subsidies result of a criterion on which the Accounting Standards System which contradicts the International Accounting Standards.

Keywords: Accounting harmonization; SNC.

1. Introdução

Internacionalmente a harmonização contabilística há muito que tem sido pedida pelos diversos agentes económicos.

Os contabilistas vivem numa espécie de Torre de Babel onde se fala línguas diferentes e onde diferem as interpretações dos mesmos eventos e transações (Carsberg, 1999, citado por Santos *et al*, 2003).

A informação financeira que era preparada para acionistas e outros interessados baseava-se num conjunto de princípios e procedimentos que variavam de país para país. Em consequência, a ausência de comparabilidade entre os vários relatos financeiros conduz a situações indesejáveis (adaptado de Amaral, 2001).

Os mercados financeiros e de capitais internacionais demonstraram a necessidade de sistemas contabilísticos e relatórios financeiros credíveis e transparentes, indispensáveis ao processo de tomada de decisão por parte de investidores, financiadores e autoridades reguladoras (Santos *et al*, 2003).

As empresas com vocação internacional viam-se frequentemente obrigadas a elaborar dois conjuntos de contas, um de acordo com a legislação contabilística do país onde atuavam e outro, adaptado às exigências dos mercados de capitais internacionais (Valente, 2009), onde pretendiam obter capitais.

Historicamente a harmonização contabilística surgiu com a necessidade de criar um relato financeiro de cariz económico, de reduzir o risco da informação pela transparência obtida através de políticas de divulgação mais detalhadas, de melhorar a organização interna e de eliminar diferenças na “linguagem internacional”, potenciando os negócios (adaptado de Encarnação, 2009).

A União Europeia (UE) deu um passo importante, em 2002, ao adotar as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC)¹ emitidas ou adotadas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

¹ De acordo com a definição utilizada pela União Europeia no art.º 2 do Regulamento nº 1606/2002: “ Para efeitos do presente regulamento, por «normas internacionais de contabilidade»
...///...

O Regulamento 1606/2002, da UE, veio estipular a obrigatoriedade, das empresas com valores mobiliários admitidos à negociação num mercado regulamentado em qualquer estado-membro, de prepararem e divulgarem as demonstrações financeiras (DF) de acordo com as NIC. Tal imposição teve por objetivo tornar as DF transparentes e comparáveis, eliminando as incoerências existentes entre os normativos vigentes nos diferentes países da UE.

Para as restantes empresas a UE convidou os países a seguir os passos da normalização contabilística, baseado no normativo do IASB, mas, deixando ao seu critério, a adoção ou não e o grau de adaptação.

Portugal optou por fazer esta harmonização em duas fases. A primeira, obrigatória, em 2005, pela transposição da diretiva 2003/51/CE para o normativo nacional através do Decreto-Lei nº 35/2005, obrigando as entidades cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado a elaborar as suas demonstrações financeiras segundo as normas adotadas pela União Europeia e, numa segunda fase, a Comissão de Normalização Contabilística (CNC) desenvolveu um normativo nacional, baseado nas NIC, mas de forma a responder ao reduzido mercado nacional e à reduzida dimensão das empresas portuguesas, o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

No decorrer de 2009, com a publicação do Decreto-Lei nº 158/2009, foi revogado o antigo normativo, o Plano Oficial de Contabilidade (POC), sendo substituído pelo SNC cuja conceção assenta nas normas internacionais de contabilidade.

O SNC traz consigo uma nova forma de encarar a contabilidade ao introduzir uma estrutura conceptual, alterando a forma de “fazer” a contabilidade baseada em regras para uma baseada em conceitos (adaptado de CNC, 2008). Não abandonando o custo histórico, aumenta os casos em que pode ou deve ser utilizado o conceito de “justo valor”². Traz novos conceitos para o reconhecimento e desreconhecimento de Ativos e Passivos e por

entende-se as *International Accounting Standards* (IAS), as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e interpretações conexas ... “.

² Justo valor – Quantia pela qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedores e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre elas (SNC – Estrutura Conceptual, § 98).

fim, mas não menos importante, altera o foco da contabilidade do registo contabilístico para o da divulgação da informação.

Uma das principais críticas feitas ao POC é que era muito conservador (Conde e Freitas, 2004, citados por Correia, 2009:18) e pouco ou nada sensível à valorização de mercado de alguns ativos das empresas fazendo com que estas estivessem subavaliadas contabilisticamente.

O objetivo do presente trabalho pretende responder às questões “quanto” e “como” a adoção do novo normativo contabilístico teve impacto no valor contabilístico das empresas.

Na contabilidade o capital próprio corresponde ao valor contabilístico da empresa já que “Capital próprio é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzir todos os seus passivos” (SNC – Estrutura conceptual, § 49).

Para Vieito *et al* (2010:3) “O capital próprio, ou património, de uma determinada empresa não é mais que o valor que resta da diferença entre o ativo e as obrigações da empresa. Se for analisado numa ótica de liquidação da empresa, não é mais que o valor que resta depois de se liquidar todas as suas obrigações. Representa, assim, os direitos que os acionistas/sócios possuem sobre os ativos da empresa após liquidação de todas as suas responsabilidades”.

ATIVO = Propriedades Direitos Créditos	CAPITAL PRÓPRIO = Património Líquido
	PASSIVO = Dívidas Obrigações Deveres

Fonte: Neves (2012:145)

Quadro 1 - O Balanço na perspetiva patrimonial

Neves (2012:145) reforça esta definição referindo que “O Balanço, numa perspetiva patrimonial, é encarado como um conjunto de ativos (propriedades, direitos e créditos), passivos (dívidas, obrigações e deveres) e a diferença é o património líquido, propriedade dos sócios ou acionistas. Tradicionalmente este património líquido era designado por

Situação Líquida, tanto que o mesmo aparece ainda em vários textos jurídicos, nomeadamente o Código das Sociedades Comerciais. O POC adotou o termo Capital Próprio e o SNC manteve a designação”.

Como proposta de trabalho pretende-se demonstrar que o SNC, de uma forma geral, atribui um valor superior às empresas, aumento esse, que de acordo com a norma de contabilidade e de relato financeiro (NCRF) 3 foi refletido nos capitais próprios (CP).

Para alcançar os objetivos a que nos propomos, utilizando as últimas demonstrações financeiras elaboradas em POC e as primeiras elaboradas em SNC, analisámos as diferenças e alterações entre os dois normativos e a forma como essas alteraram os valores de alguns ativos e passivos, e por consequência o valor do capital próprio, num conjunto de empresas.

Em seguida, analisámos a forma como essas alterações podem influenciar a análise de alguns rácios económico-financeiros.

Para a elaboração do estudo empírico, selecionamos um grupo restrito de trinta empresas que aplicavam o POC e que no início de 2010 passaram a utilizar o SNC. A seleção das empresas teve o objetivo de conseguir a maior variedade possível em termos de dimensão, origem de capitais e setores de atividade. Todas estas empresas publicaram as suas contas na internet, nos respetivos sítios institucionais, e todas elas aplicaram a versão base do SNC.

Para responder à questão “quanto” precisaremos somente das informações que constam nos Balanços, mas para a questão “como” será necessário as informações das restantes demonstrações financeiras designadamente das Demonstrações das Alterações no Capital Próprio e dos Anexos, das empresas selecionadas.

Utilizando o método indutivo e através da análise de conteúdo destas demonstrações financeiras, procuraremos quantificar e qualificar as alterações verificadas pela adoção do novo normativo.

O tema é atual e pertinente, já que é importante perceber as alterações efetuadas nas demonstrações financeiras por alteração no normativo contabilístico nacional.

Calixto (2010:158) partilha da mesma opinião salientando que “Nos últimos anos, alguns eventos têm contribuído para a harmonização das normas internacionais de contabilidade, proporcionando grande interesse na pesquisa sobre o tema”.

Este trabalho está dividido em cinco partes. Na introdução contextualizamos o tema e referimos a problemática e a metodologia que iremos seguir. De seguida, na revisão de literatura apresentaremos alguns estudos realizados no âmbito do objeto de estudo e desenvolveremos a parte teórica do problema. Seguir-se-á a metodologia onde desenvolveremos os métodos utilizados, os procedimentos da recolha de dados assim como a amostra selecionada. Referiremos, também, as limitações da metodologia utilizada. No ponto 4 analisaremos os dados obtidos. Por fim faremos um resumo deste trabalho, apresentaremos as conclusões obtidas e perspectivas para novos estudos.

2. Revisão da literatura

2.1. Estudos sobre os impactos na adoção das NIC e do SNC

A investigação em harmonização contabilística internacional tem ganho grande relevância nos últimos anos devido ao fenómeno da globalização dos mercados e consequente internacionalização dos negócios (Alves *et al*, 2010).

Calixto (2010) identificou vários temas que têm sido trabalhados, nomeadamente, estudos comparativos quanto aos impactos positivos e negativos da adoção das NIC, estudos sobre o custo de capital, opinião acerca da adoção das NIC junto dos contabilistas, auditores e executivos e impactos da implementação das NIC em países europeus, quanto aos aspetos económicos e financeiros do negócio.

Mais concretamente sobre o tema deste trabalho, há pouco estudos sobre os impactos da adoção do SNC, mas existem já vários estudos sobre os impactos da adoção das NIC a nível nacional e nos restantes países da União Europeia.

Como poderemos ver no quadro 2 os estudos demonstram uma tendência geral para haver uma diminuição nos capitais próprios pela adoção das NIC. Essa tendência é especialmente visível nos estudos com várias empresas (Araújo, 2010; Martins, 2009; Martins, 2011 e Reis, 2009).

Contudo os impactos não são homogéneos em todas as empresas. Essa realidade é visível não só nos estudos de caso (Correia, 2010; Encarnação, 2009; Matos, 2011 e Pinheiro, 2007) como nas variações, caso a caso, dentro dos estudos citados anteriormente.

Couto *et al* (2006) em estudo realizado sobre 39 empresas cotadas na *Euronext* Lisboa³ verificaram a inexistência de um padrão, quer no Balanço quer na Demonstração dos resultados, relativamente às variações ocorridas pela adoção das NIC, e concluíram que não é aceitável ponderar que as alterações dos valores dos itens contabilísticos variam de uma forma constante.

³ *Euronext* Lisboa³ é a bolsa de valores de Lisboa. O seu nome deriva do facto de pertencer ao grupo internacional NYSE *Euronext*.

Santos (2009) refere no seu estudo sobre o impacto da NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis que o impacto dependerá das opções tomadas por cada entidade. Este princípio aplicar-se-á também a outras situações em que as normas do SNC permitem várias opções possíveis principalmente na fase de adoção do normativo.

Os estudos analisados sobre o impacto da adoção dos novos normativos foram:

Autor (ano)	Âmbito	Δ CP	Itens com impacto nos CP
Araujo, S. (2010)	Adoção das NIC 20 empresas do PSI-20	média = -12% máx. = 56% mín. = - 91%	Benefícios empregados Ativos Tangíveis e Intangíveis Impostos diferidos
Correia, L. (2010)	Adoção do SNC PME Construção civil	12%	Ativos Fixos Tangíveis Acréscimos e Diferimentos
Couto, G. & Cordeiro, R. (2006)	Adoção das NIC 39 empresas cotadas na Euronext Lisboa	Inexistência de um padrão	Ativos Fixos Tangíveis Empréstimos
Encarnação, C. (2009)	Adoção das NIC Jerónimo Martins, SGPS, SA	0,3%	Investimentos Financeiros Benefícios empregados
Henriques, I., Azevedo, G. & Costa, A. (2010)	Adoção das NIC no Luxemburgo 5 empresas do índice LuxX	média = 0,02%	
Martins, J. (2009)	Adoção das NIC na Irlanda 14 empresas do ISEQ 20	média = - 6%	<i>Goodwill</i> Investimentos Financeiros Diferenças de câmbio Ativos Fixos Tangíveis
Martins, M. (2011)	Adoção das NIC 17 empresas do PSI-20	média = -16% máx. = 29% mín. = - 34%	Ativos Intangíveis Ativos Fixos Tangíveis <i>Goodwill</i> Impostos diferidos Inventários
Matos, H. (2011)	Adoção do SNC CTT - Correios de Portugal, SA	-13%	<i>Goodwill</i> Ativos Tangíveis e Intangíveis Investimentos Financeiros
Pinheiro, S. (2007)	Adoção das NIC Sonae Indústria, SGPS, SA	5%	<i>Goodwill</i> Ativos Tangíveis e Intangíveis Investimentos Financeiros
Reis, A. (2009)	Adoção das NIC em Espanha 26 empresas do IBEX-35	média = -0,7% máx. = 49% mín. = - 65%	<i>Goodwill</i> Ativos Fixos Tangíveis Ativos Intangíveis Inventários

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 2 - Estudos sobre os impactos da adoção das NIC e do SNC

Legenda:

PSI-20	é o principal índice da Euronext Lisboa. Este índice é composto pelas maiores empresas portuguesas no mercado de capitais.
PME	Pequena e média empresa
SGPS	Sociedade gestora de participações sociais
SA	Sociedade anónima
LuxX	é um índice ponderado da bolsa do Luxemburgo.
ISEQ-20	é o principal índice da Bolsa de valores da Irlanda. Este índice é composto pelas maiores empresas irlandesas no mercado de capitais.
IBEX-35	é o principal índice da Bolsa de valores de Espanha. Este índice é composto pelas maiores empresas espanholas no mercado de capitais.

Quadro 2 - Estudo sobre os impactos da adoção das NIC e do SNC (continuação)

Em relação aos itens que mais contribuíram para as alterações nos capitais próprios foram citados os seguintes:

- Ativos fixos tangíveis (Araújo, 2010; Correia, 2010; Couto & Cordeiro, 2006; Martins, 2009; Martins, 2011; Matos, 2011; Pinheiro, 2007 e Reis, 2009);
- *Goodwill* (Martins, 2009; Martins, 2011; Matos, 2011; Pinheiro, 2007 e Reis, 2009);
- Ativos intangíveis (Araújo, 2010; Martins, 2011; Matos, 2011; Pinheiro, 2007 e Reis, 2009);
- Investimentos financeiros (Martins, 2009; Matos, 2011 e Pinheiro, 2007);
- Benefícios aos empregados (Araújo, 2010 e Encarnação, 2009);
- Impostos diferidos (Araújo, 2010 e Martins, 2011);
- Inventários (Martins, 2011 e Reis, 2009);
- Acréscimos e diferimentos (Correia, 2010);
- Empréstimos (Couto & Cordeiro, 2006);
- Diferenças de câmbio (Martins, 2009).

No ponto seguinte procuraremos, de forma sucinta, expor as características dos dois normativos, do POC e do SNC, explorando principalmente as suas diferenças.

2.2. POC versus SNC

O POC apresentado pelo Decreto-Lei nº 47/77, de 7 de Fevereiro, sofreu várias alterações, para, entre outros motivos, transpor para a ordem jurídica interna as Diretivas adotadas na União Europeia.

A última alteração ao POC foi efetuada pelo Decreto-Lei nº 35/2005 de 17 de Fevereiro, que transpõe a Diretiva nº 2003/51/CE, designada por Diretiva da Modernização Contabilística.

Apesar das várias alterações para adequar o normativo português às normas internacionais, tal nunca foi conseguido plenamente, pelo que, em 2009 surge um novo normativo designado de Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Com a publicação do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, entra em vigor no dia 1 de janeiro de 2010, o SNC, o qual visa a harmonização do normativo português às normas internacionais de contabilidade adotadas pela União Europeia pelo Regulamento nº 1606/2002.

O referido Decreto-Lei foi acompanhado pelas Portarias nº 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras) e nº 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de contas e notas de enquadramento), pelos Avisos nº 15652/2009 (Estrutura conceptual), nº 15653/2009 (Normas interpretativas), nº 15654/2009 (Norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades), nº 15655/2009 (Normas contabilísticas e de relato financeiro) e pela Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de Setembro.

Este conjunto constitui o Sistema de Normalização Contabilística, na sua versão inicial, ao qual se espera que sejam feitas alterações frequentes para acompanharem a evolução das normas internacionais que venham a ser adotadas pela UE.

No SNC está previsto uma norma especial para as pequenas entidades, mas em 2010, pela publicação da Lei nº 35/2010, foi criado um regime especial para as microentidades. Este regime veio a ser regulamentado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março, e foi designado Normalização Contabilística para Microentidades (NCM).

Em 2011, juntamente com a regulamentação do NCM, foi criado um novo regime para as entidades do setor não lucrativo, designado de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

2.2.1. Principais diferenças entre os normativos

O SNC traz consigo uma mudança de filosofia de base no reporte de informação financeira. Interiorizar esta filosofia de base é fundamental para conseguir compreender o alcance, o porquê e a relevância dos princípios e políticas contabilísticas.

- **Princípios versus regras**

O SNC é um sistema mais baseado em princípios que em regras, desde logo por assentar nas NIC, e visa conceber um sistema de relato de informação que seja abrangente, flexível e necessariamente responsabilizador.

Assentar mais em princípios que em regras significa que os conceitos são apresentados preferencialmente da forma qualitativamente deixando ao órgão de gestão a utilização de juízo de valor, se necessário. Contudo em determinadas áreas, e face a algum receio de subjetividade implícita ao princípio seja inapropriadamente aproveitada ou que o princípio seja de difícil interpretação e concretização, segue-se à apresentação do princípio uma regra quantitativa.

Basear-se mais em princípios que em regras significa que está implícito um maior grau de subjetividade no entendimento das normas.

- **Substância sobre a forma**

Não constituindo uma novidade, o princípio da substância sobre a forma é reforçado no SNC.

A ênfase na substância económica em detrimento da forma legal é especialmente visível na apresentação do capital realizado em vez do capital nominal, aspeto que aprofundaremos no ponto 2.2.1.4.

- **Perspetiva patrimonialista**

O Balanço assume o papel de demonstração financeira principal, à qual, se necessário, se subjugam as restantes DF. A primazia dada ao reconhecimento e

mensuração dos elementos patrimoniais em detrimento da especialização do resultado transparece em várias normas.

Exemplo desta perspetiva é o caso das despesas de investigação realizadas num dado exercício que não são reconhecidas no ativo porque não é demonstrável a existência provável de benefícios futuros (NCRF 6).

- **Orientação para o justo valor**

Por se basear nas NIC, as quais visam em primeiro lugar empresas transacionadas no mercado de capitais, o SNC dá prioridade à utilização do justo valor na mensuração dos elementos patrimoniais. Mas, tal não significa que, num dado Balanço, todos os seus elementos estejam a ser medidos ao justo valor à data a que se reporta.

O SNC prevê a utilização de outros critérios de mensuração, designadamente o custo histórico, já que para um mercado reduzido, como é o português, nem sempre é fiável obter o justo valor ou a sua obtenção é demasiado onerosa.

- **Indispensabilidade das divulgações**

O SNC é muito mais exigente nas divulgações obrigatórias, face à utilização do justo valor e ao facto de se basear mais em princípios que em regras.

O anexo assume, assim, um papel muito mais importante do que no POC, permitindo aos utilizadores elaborar as suas análises com um conjunto muito mais vasto, e mais rico de informações.

Mas, mais informação obriga a uma necessária atenção redobrada, para, no meio de tanta informação, seleccionar a que é útil e relevante para a análise em apreço.

- **Flexibilidade de apresentação**

Seguindo uma tradição nacional, o SNC optou por incluir os modelos de DF. Contudo a forma de apresentação das DF é muito mais simplificada e versátil do que no POC, dado que resume a informação apresentada ao essencial, permitindo a desagregação de itens ou a apresentação classificada de outra forma se for apropriado para a entidade.

A exceção é o Anexo para onde foram transferidos os detalhes da informação das restantes DF e a inclusão de um conjunto mais extenso de divulgações.

Desenvolveremos as demonstrações financeiras no ponto 2.2.1.2.

Após o resumo das principais diferenças entre os dois normativos iremos desenvolver alguns aspetos que consideramos mais importantes para os objetivos do nosso trabalho.

2.2.1.1. Características, pressupostos e bases

POC	SNC
Características qualitativas e Princípios contabilísticos	Características qualitativas, Pressupostos subjacentes e Bases para a apresentação
Relevância	Relevância
Fiabilidade	Fiabilidade
Comparabilidade	Comparabilidade
da continuidade	Continuidade
da consistência	Consistência na apresentação
da especialização	Regime do acréscimo
do custo histórico	
da prudência	Prudência
da substância sobre a forma	Substância sobre a forma
da materialidade	Materialidade e agregação
	Compensação (não)
	Compreensibilidade
	Plenitude
	Representação fidedigna
	Neutralidade

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 3 – Características, Pressupostos e Bases

As características, pressupostos e bases acima enunciados não são muito diferentes nos dois normativos, mas o SNC desenvolve de forma exaustiva todos os conceitos dando em muitos casos exemplos da sua aplicação para reduzir a subjetividade associada ao conceito.

As principais diferenças podem-se resumir nos seguintes pontos:

1. No SNC todos os termos usados encontram-se definidos nas próprias normas, pelo que reforça a importância de enquadrar as situações nos conceitos apresentados e definidos;
2. Ausência no SNC do conceito de “princípios contabilísticos” utilizando, em sua substituição, os “pressupostos subjacentes” ou “bases para a apresentação das demonstrações financeiras⁴”;
3. Abandono do clássico “princípio do custo histórico⁵”, a favor do conceito de “justo valor”, entendido como uma aproximação da informação financeira ao valor de mercado. O custo histórico passará a ser, somente, uma das bases de mensuração;
4. Supremacia da “relevância⁶” em detrimento “princípio da prudência⁷”, fruto duma reorientação da finalidade das demonstrações financeiras que é a de proporcionar informação útil ao investidor.

É neste espírito que se enquadram dois conceitos centrais no SNC: O “justo valor” e a “imparidade⁸”. De uma forma genérica, estes conceitos são, quer direta, quer indiretamente, transversais, obrigando a que, de uma forma geral, todas as rubricas das demonstrações financeiras sejam sujeitas constantemente a aumentos e reduções, procurando refletir as tendências do mercado.

⁴ As “bases para a apresentação de demonstrações financeiras” de finalidades gerais estabelecem os requisitos globais que permitem assegurar a comparabilidade quer com as demonstrações financeiras de períodos anteriores da mesma entidade, quer com as demonstrações financeiras de outras entidades (SNC – Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho).

⁵ Princípio contabilístico do custo histórico – Os registos devem basear-se em custos de aquisição ou de produção, expressos quer em unidades monetários nominais, quer em unidades monetárias constantes (POC, 2006:20).

⁶ Relevância – A informação tem a qualidade da relevância quando influencia as decisões económicas dos utentes ao ajudá-los a avaliar os acontecimentos passados, presentes ou futuros ou confirmar, ou corrigir, as suas avaliações passadas (SNC – Estrutura Conceptual, § 26).

⁷ Princípio da prudência – Significa que é possível integrar nas contas um grau de precaução ao fazer as estimativas exigidas em condições de incerteza sem, contudo, permitir a criação de reservas ocultas ou provisões excessivas ou a deliberada quantificação de ativos e proveitos por defeito ou de passivos e custos por excesso (POC, 2006:20).

⁸ Perda por imparidade – é o excedente da quantia escriturada de um ativo em relação à sua quantia recuperável (NCRF 12, § 4).

2.2.1.2. Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras nos dois normativos são as seguintes:

POC	SNC
Balanço	
Demonstração dos resultados por naturezas	
Demonstração dos resultados por funções	
Demonstração dos fluxos de caixa e anexo	Demonstração dos fluxos de caixa
Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados	Anexo
	Demonstração das alterações no capital próprio

Fonte: adaptado de Borges *et al* (2007:27).

Quadro 4 - Demonstrações financeiras

Neste aspeto as principais alterações são as seguintes:

1. A informação detalhada passa para o “Anexo” deixando nas restantes DF somente a informação relevante.
2. Possibilidade de desagregar itens de maior relevância ou apresentar com outra classificação quando apropriado.
3. Aparecimento de um novo mapa designado de “Demonstração das alterações no capital próprio”;
4. O mapa “Demonstração dos resultados por funções” passou a ser um mapa opcional;
5. No SNC o mapa “Demonstração dos fluxos de caixa” terá de ser apresentado pelo método direto, enquanto no POC era optativo, o método direto ou o método indireto;
6. O mapa “Anexo” passou a apresentar as notas (detalhe) a todas as demonstrações financeiras. Os requisitos de divulgação aumentam no SNC.

Com estas alterações as DF do SNC dão relevância aos “grandes números” simplificando a sua leitura pelos utilizadores que procuram a informação mais importante, e ao mesmo tempo reforçam a quantidade e qualidade da informação concentrando os detalhes num único documento o “anexo”, que se destina essencialmente aos utilizadores que querem ou precisam de informação mais detalhada.

2.2.1.3. Contas

O código de contas é uma “tradição” dos normativos nacionais. Permite uma maior simplicidade nos registos das operações, já que os profissionais trabalham segundo um mesmo “código” independente da entidade.

Simplifica ainda a comunicação com os utilizadores porque a um código numérico aparece associado uma designação e a um ou mais conceitos.

A estrutura do código de contas tem as seguintes classes:

POC	Classe	SNC
Disponibilidades	1	Meios financeiros líquidos
Terceiros	2	Contas a receber e a pagar
Existências	3	Inventários e ativos biológicos
Imobilizações	4	Investimentos
Capital, reservas e resultados transitados	5	Capital, reservas e resultados transitados
Custos e perdas	6	Gastos
Proveitos e ganhos	7	Rendimentos
Resultados	8	Resultados
Contabilidade de custos	9	...
...	0	...

Fonte: Borges *et al* (2007:16).

Quadro 5 - Classes de Contas

As classes de contas não sofreram alterações significativas, mantendo todos os seus aspetos essenciais, alterando no entanto a sua terminologia para a que é utilizada pelo IASB nas NIC.

A nível de contas e subcontas há inúmeras alterações de numeração e a red denominação para a nova terminologia mas mantendo-se no essencial o âmbito e o conceito associado a cada conta.

Há contudo um conjunto de exceções que desenvolveremos nos pontos 2.2.1.4 e 2.2.1.5.

2.2.1.4. Diferenças e alterações com impacto no capital próprio

A mudança de filosofia no reporte de informação fez, em alguns casos, alterar os critérios de reconhecimento, desreconhecimento e mensuração.

Algumas dessas alterações terão impacto no valor contabilístico das empresas, provocando aumentos ou diminuições nos ativos e/ou passivos e consequentemente no capital próprio. Analisaremos de seguida as mais significativas.

- **Subsídios ao investimento**

Para compreender a contabilização dos subsídios importa distingui-los segundo a sua natureza.

Numa primeira análise podemos distingui-los como Subsídios reembolsáveis ou Subsídios não reembolsáveis.

“Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como passivos” (NCRF 22, §13). Este tratamento é idêntico ao que vinha a ser efetuado em POC. A diferença neste caso tem a ver com a mensuração. “Normalmente, o subsídio reembolsável não vence juros ou vence juros a uma taxa inferior à taxa de mercado. Neste caso, o valor a reconhecer como passivo será o valor atual (descontado) dos pagamentos futuros”⁹.

Os subsídios não reembolsáveis podem ser divididos em três tipos: Subsídios para ativos depreciables ou amortizáveis, Subsídios à exploração e Outros subsídios (os que não se destinem a ativos depreciables ou amortizáveis, nem à exploração).

O tratamento em SNC dos Subsídios à exploração e Outros subsídios não difere do que vinha a ser em feito POC pelo que iremos concentrar a nossa atenção somente nos Subsídios para ativos depreciables ou amortizáveis.

“Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis, incluindo os subsídios não monetários, devem ser apresentados no Balanço como componente do capital próprio, e imputado como rendimentos do exercício numa

⁹ Rodrigues (2009:766).

base sistemática e racional durante a vida útil do ativo” (NCRF 22, §22). Este tratamento já existia no POC, mas somente para os “Subsídios que não se destinem a investimentos amortizáveis, nem à exploração” (POC, 2006:78).

O POC reconhecia inicialmente os Subsídios para ativos depreciables ou amortizáveis, como um proveito diferido (Passivo). Posteriormente “Deverão ser transferidos, numa base sistemática, para 7983 «Proveitos e ganhos extraordinários – Outros proveitos e ganhos extraordinários – Em subsídios para investimento» à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitem” (POC, 2006:72).

Temos assim uma diferença no reconhecimento inicial dos Subsídios os investimentos para ativos depreciables ou amortizáveis, que irão passar de um Passivo (POC) para um componente do Capital Próprio (SNC).

Sobre este assunto é importante salientar que este tratamento difere do que é recomendado pela IAS 20 (Regulamento nº 1126/2008) que refere:

“ §12 - Os subsídios do governo devem ser reconhecidos como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem, numa base sistemática. Eles não¹⁰ devem ser diretamente creditados ao capital próprio”, e

“ §24 - Os subsídios do governo relacionados com ativos, incluindo os subsídios não monetários pelo justo valor, devem ser apresentados no Balanço, quer tomando o subsídio como rendimento diferido, quer deduzindo o subsídio para chegar à quantia escriturada do ativo.”

Temos, neste caso, uma norma portuguesa (NCRF 22) que pretende adaptar uma norma internacional (IAS 20), que altera a prática que vinha a ser seguida Portugal para uma opção que, claramente, não é recomendada pela norma internacional.

Como veremos na análise do estudo empírico esta diferença de tratamento será importante.

¹⁰ Sublinhado e realçado pelo autor.

- **Ativos intangíveis**

Ao contrário do POC o SNC tem muita informação sobre os ativos intangíveis, tendo dedicado uma norma somente a este assunto.

O SNC define Ativo intangível como “Um ativo não monetário identificável sem substância física” (NCRF 6, § 8).

A obrigatoriedade de cumprir todos os requisitos da definição aliada a um conjunto de critérios de reconhecimento, mencionados na norma, alterará de forma significativa o reconhecimento dos ativos intangíveis.

Algumas despesas, tais como despesas de instalação e de pesquisa, que o POC permitia a capitalização, e que passam a não satisfazer os critérios de reconhecimento da NCRF 6, terão de ser reconhecidas como gastos do exercício.

À data da transição, as despesas daquela natureza, líquidas de amortizações acumuladas, devem ser desreconhecidas.

A mensuração dos ativos intangíveis continuará a ser feita pelo método de custo, tal como no POC, mas será permitido utilizar, por opção, o modelo de revalorização quando seja possível obter o justo valor com referência a um mercado ativo. Da mesma forma que nos ativos fixos tangíveis, o método de revalorização, terá de ser aplicado a todos os elementos da mesma classe.

- **Ativos Fixos Tangíveis**

O SNC contempla na sua estrutura conceptual os princípios através dos quais se deve reconhecer um ativo.

“Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros” (SNC - Estrutura conceptual, § 49).

Em POC um ativo era reconhecido mediante um conjunto de situações padronizadas, ou seja, de acordo com regras.

A existência de uma definição clara de Ativo é algo que o SNC apresenta de inovador face ao POC. O antigo normativo referia determinadas situações comuns que eram reconhecidas como Ativo, mas de forma alguma referia pontos comuns entre registos

semelhantes, algo que é completamente diferente em SNC. Desta forma, quando estivermos perante alguma ocorrência, deveremos pensar sobre o princípio estabelecido de Ativo, e só posteriormente verificar o seu reconhecimento (em POC, era analisada a situação e basicamente se registava a mesma como Ativo, uma vez que os normativos referiam de forma geral quais os acontecimentos que encaixavam como tal).

Para que um Ativo Fixo Tangível seja reconhecido, além do conceito de Ativo, têm de cumprir a seguinte condição:

“O custo do item puder ser mensurado fiavelmente” (NCRF 7, § 7)

Esta diferença entre os dois normativos poderá provocar alterações nos ativos fixos tangíveis, já que a NCRF 3 obriga a “Reconhecer todos os ativos e passivos cujo reconhecimento seja exigido pelas NCRF” (NCRF 3, § 7), e a “Não reconhecer itens como ativos ou passivos se as NCRF não permitirem esse reconhecimento” (NCRF 3, § 7).

Mas as alterações não ficam pela definição. A mensuração inicial e após reconhecimento também têm novidades.

“Um item do ativo fixo tangível que seja classificado para o reconhecimento como um ativo deve ser mensurado pelo seu custo” (NCRF 7, § 14). Até aqui nada de novo. O POC também defendia que “O ativo imobilizado deve ser valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção” (POC, 2006:23).

O que é novidade é os componentes do custo. Entre outras, citamos as seguintes novidades:

→ “O custo de um item do ativo fixo compreende: A estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, em cuja obrigação uma entidade incorre seja quando o item é adquirido seja como consequência de ter usado o item durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários durante esse período” (NCRF 7, § 17).

→ “Exemplos de custos diretamente atribuíveis são: (NCRF 7, § 18).

“a) Custos de benefícios de empregados decorrentes diretamente da construção ou aquisição de um item do ativo fixo tangível”;

“e) Custos de testar se o ativo funciona corretamente, após dedução dos proveitos líquidos da venda de qualquer item produzido enquanto se coloca o ativo nessa localização e condições (tais como amostras produzidas quando se testa o equipamento) ”.

→ “Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica **podem**¹¹ ser capitalizados como parte do custo desse ativo, quando seja provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a entidade e tais custos possam ser fiavelmente mensurados” (NCRF 10, § 8).

O SNC permite assim, por opção, a capitalização dos custos com os empréstimos obtidos. O POC já permitia a capitalização destes custos, mas defendia que o princípio geral deveria ser o de atribuição dos juros suportados aos resultados do exercício¹², pelo que a capitalização dos custos financeiro era feito excecionalmente.

Após o reconhecimento, o SNC define dois critérios de mensuração. “A entidade deve escolher ou o modelo de custo ... ou o modelo de revalorização ... como sua política contabilística a uma classe inteira de ativos fixos tangíveis” (NCRF 7, § 29).

Com a introdução do SNC, as entidades podem assim optar por manter o modelo de custo, que vinha a ser utilizado no POC, ou alterar para o modelo de revalorização ou passarão a utilizar o “justo valor”.

A opção pelo modelo de revalorização só pode ser feita para os itens “Do ativo fixo tangível cujo justo valor possa ser mensurado fiavelmente” (NCRF 7, § 31), e terá de ser feita para todos os itens da mesma classe.

A utilização do justo valor e da reavaliação dos ativos fixos tangíveis não é novidade. O POC já previa a reavaliação e estava regulada pela Diretriz Contabilística (DC) nº 16/95.

A diretriz do POC assume que a reavaliação era efetuada de forma extraordinária, por **algumas** empresas, de **determinados** elementos do ativo, nomeadamente imóveis,

¹¹ Realçado pelo autor.

¹² POC (2006:24)

constituído reservas **com o fim** de fazer cobertura de prejuízos, ou o reforço do capital social (POC, 2006:171).

Passamos assim de uma situação extraordinária para um modelo que, após opção da entidade, terá de ser mensurado com fiabilidade e com regularidade.

O SNC tem ainda novidades em termos de depreciações: a abordagem por componentes.

Nos termos da NCRF 7, §§ 43 a 45, a eventual existência de componentes, isto é, partes dos ativos fixos tangíveis que apresentam vidas úteis distintas devem ser depreciadas separadamente.

Assim, na fase de transição para o SNC, deve ser efetuada uma análise da relevância desses componentes, apurada a sua vida útil e recalculado o valor de cada equipamento, incluindo os seus componentes, retrospectivamente.

Temos, assim, várias alterações entre o POC e o SNC, que deverão provocar reconhecimentos, desreconhecimentos e alterações na mensuração dos ativos fixos tangíveis.

Contudo o impacto que terão no capital próprio será em muito influenciado pelas opções das entidades na fase de transição para o SNC.

• Participações Financeiras

“As participações financeiras podem classificar-se como (i) correntes ou temporárias e (ii) de longo prazo, ou permanentes ou não correntes”¹³.

As participações financeiras correntes ou temporárias são em SNC um “instrumento financeiro detido para negociação” e devem ser mensurados ao justo valor exceto se não forem negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável.¹⁴

O critério de valorimetria em POC para os títulos negociáveis, era o custo de aquisição ao qual deveriam ser feitos ajustamentos caso o valor do mercado, à data do relato financeiro, fosse inferior.¹⁵

¹³ Rodrigues (2009:598).

¹⁴ Ver NCRF 27, §§ 12 e 15.

“As participações financeiras a longo prazo, também designadas permanentes ou não correntes, são participações financeiras com carácter permanente, aplicações estratégicas que se desejam manter por período superior a um ano” (Rodrigues, 2009:598). No SNC estas participações integram os Investimentos financeiros e podem ser classificadas de acordo o controlo ou influência da entidade que investe:

Controlo / Influência	Tipo de participação	Mensuração	
		em SNC	Em POC
Controlo exclusivo	Subsidiária	Método da equivalência patrimonial	Método custo ou Método da equivalência patrimonial
Controlo conjunto	Empreendi- mento conjunto	Método da equivalência patrimonial ou da conso- lidação proporcional	De acordo com a influência
Influência significativa	Associada	Método da equivalência patrimonial	Método custo ou Método da equivalência patrimonial
Sem Influência significativa	Outras	Justo valor	Método custo

Fonte: Adaptado de Rodrigues (2009:599).

Quadro 6 - Mensuração das Participações Financeiras

Temos, assim, neste capítulo algumas mudanças no método de mensuração que irão provocar alterações nos valores das participações financeiras, sejam elas correntes ou não correntes, e que terão impacto no capital próprio das entidades na fase de introdução do SNC.

- **Benefícios de empregados**

Os dois normativos, POC e SNC, possuem normas muito completas sobre este tema, mas optaram, em alguns casos, por soluções diferentes.

As principais diferenças entre o SNC e o POC, ou seja, a NCRF 28 e a DC 19, e que poderão ter impacto nos Capitais próprios, são as seguintes:

¹⁵ Ver POC (2006:22).

- O SNC permite que os ganhos e perdas atuariais sejam reconhecidos (i) nos resultados, (ii) nos capitais próprios, ou (iii) segundo o método do corredor. O POC apenas permitia o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais nos resultados.
- No SNC o resultado do exercício deve incluir o retorno **esperado** dos ativos do plano, enquanto que no POC, considera-se o retorno **real** dos ativos do plano.
- Relativamente ao custo dos serviços passados, o SNC distingue o tratamento a dar a benefícios já adquiridos, e a benefícios ainda não adquiridos, o que não acontecia em POC.

Outra diferença neste capítulo é a participação nos lucros ou gratificações de Balanço.

No POC a participação nos lucros ou gratificações atribuídas aos órgãos sociais ou ao pessoal eram tratados como uma aplicação do resultado. Era, assim, considerada somente no ano seguinte ao que dizia respeito, não passando por resultados.

No SNC a participação nos lucros ou gratificações fazem parte dos benefícios a curto prazo dos empregados¹⁶ e deve ser reconhecido, como gasto, durante o período contabilístico em que o empregado tenha prestado serviço¹⁷.

Espera-se, assim, que o capital próprio reflita as diferenças de tratamento contabilístico com os custos dos serviços passados, dos ganhos e perdas atuariais e da participação nos lucros e gratificações.

- **Provisões**

O conceito de provisão no POC e no SNC não têm diferenças substanciais.

O SNC, sistema baseado em conceitos dedicou toda uma norma, a NCRF 21, ao tema das Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, ao contrário do POC que era muito “pobre” sobre o tema.

¹⁶ NCRF 28, § 9.

¹⁷ NCRF 28, § 11.

O POC no ponto 2.9 das considerações técnicas (POC, 2006:14) definia que “As provisões têm por objeto reconhecer as responsabilidades cuja natureza esteja claramente definida, e que à data do Balanço sejam de ocorrência provável ou certa, mas incertas quanto ao seu valor ou data de ocorrência”. Esta definição, aliada, ao princípio da prudência que “significa que é possível integrar nas contas um grau de precaução ao fazer as estimativas exigidas em condições de incerteza sem, contudo, permitir a criação de reservas ocultas ou provisões excessivas, ou a deliberada quantificação de ativos e proveitos por defeito, ou de passivos e custos por excesso”, traduz a essência do conceito de provisão no SNC.

O que o SNC traz de inovador é a quantidade substancial de conceitos associados a este tema que tentam minimizar o grau de subjetividade. Tenta ainda distinguir com a precisão possível a diferença entre Provisão e Passivo contingente¹⁸, clarificando que a provisão deve ser reconhecida nas contas, enquanto o passivo contingente deve ser somente divulgado.

É pela verificação plena do conceito de provisão no SNC e dos requisitos associados que as entidades serão obrigadas a rever as provisões constituídas ao abrigo do POC.

Dessa análise espera-se reconhecimentos, desreconhecimentos ou alterações na mensuração que terão impacto no capital próprio da entidade na fase de introdução do novo normativo.

• Inventários

No capítulo dos inventários, designados de Existências no POC, as diferenças são pouco significativas, mas que poderão ter impacto nos capitais próprios.

As três diferenças com maior impacto são:

→ Definição de Inventários;

→ Capitalização dos empréstimos;

¹⁸ “Passivo contingente: a) É uma obrigação possível que provenha de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou b) É uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque: i) Não é provável que um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos seja exigido para liquidar a obrigação; ou ii) A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade” (NCRF 21, § 8).

→ Fórmulas de custeio.

Existências para o POC é “O custo das aquisições de matérias-primas e de bens aprovisionáveis destinados a consumo ou venda¹⁹”. Conceito demasiado amplo para nele serem incluídos materiais de economato e de consumo corrente.

Na NCRF 18, § 6, o SNC define “Inventários (existências): são Ativos:

- a) Detidos para venda no decurso ordinário da atividade empresarial;
- b) No processo de produção para tal venda; ou
- c) Na forma de materiais ou consumíveis a serem aplicados no processo de produção ou na prestação de serviços.”

Desta forma, o SNC deixa de fora todos os bens que não cumpram a definição de Ativo nem se destinem à venda ou a serem aplicados no processo de produção ou na prestação de serviços.

Em relação à capitalização dos custos com os empréstimos o SNC define que “Em circunstâncias limitadas, os custos de empréstimos obtidos são incluídos no custo dos inventários.²⁰”, ao contrário do POC, que dizia claramente “Os custos ... financeiros não são incorporáveis no custo de produção²¹”.

As circunstâncias, assim como as regras para a capitalização (início, suspensão e cessação), são desenvolvidas na NCRF 10.

Os métodos de custeio das saídas adotadas no POC²² eram: Custo específico, Custo médio ponderado, FIFO (*First IN First OUT*), LIFO (*Last IN First OUT*) e Custo-padrão. O SNC²³ reconhece o Custo-padrão como uma técnica de mensuração do custo e o Custo específico, FIFO e Custo médio ponderado como as fórmulas de custeio.

O método de custeio LIFO deixa, assim, de ser utilizado no SNC.

¹⁹ POC (2006:73).

²⁰ NCRF 18, § 17.

²¹ POC (2006:22).

²² POC (2006:23).

²³ NCRF 18, §§ 21 a 27.

- **Instrumentos financeiros derivados**

“O conceito de instrumento financeiro é muito lato, podendo-se afirmar que todas as entidades possuem instrumentos financeiros, os quais podem estar representados por ativos financeiros (contas a receber de clientes, ações, obrigações, etc.), por passivos financeiros (empréstimos bancários ou obrigacionistas, emissão de ações preferenciais, etc.), por instrumentos de capital próprio ou por instrumentos derivados para cobertura do risco cambial, de taxa de juro, do preço de matérias-primas, etc.”²⁴

O SNC (NCRF 27, § 5) define “Derivado: é um instrumento financeiro ou outro contrato com todas as três características seguintes:

- a) O seu valor altera-se em resposta à alteração numa específica taxa de juro, preço de instrumento financeiro, preço de mercadoria, taxa de câmbio, índice de preços ou de taxas, notação de crédito ou índice de crédito, ou outra variável, desde que, no caso de uma variável não financeira, a variável não seja específica de uma parte do contrato (por vezes denominada “subjacente”);
- b) Não requer qualquer investimento líquido inicial ou requerer um investimento inicial líquido inferior ao que seria exigido para outros tipos de contratos que se esperaria que tivessem uma resposta semelhante às alterações nos fatores de mercado;
- c) É liquidado numa data futura.”

São exemplos de instrumentos financeiros derivados: futuros²⁵; opções²⁶; *swaps*²⁷ e *forwards*²⁸.

²⁴ Rodrigues (2009:712).

²⁵ “Um contrato de **futuros** financeiros é um contrato que tem por base a taxa de juro de um instrumento financeiro selecionado ou a cotação de uma divisa face a outra, com vencimento numa data futura e certa, previamente escolhida pelo contratante, pelo qual contratante (comprador ou vendedor do contrato) se compromete pela variação do valor do contrato até à respetiva data de vencimento, beneficiando dessa variação se ela lhe for favorável ou pagando o respetivo valor se aquela lhe for adversa” (Matos, 1992:163).

²⁶ “Um contrato de **opção** é um contrato que dá ao comprador o direito, mas não a obrigação, de comprar (opção de compra) ou vender (opção de venda) um instrumento financeiro a um preço de exercício pré-convencionado, dentro de um prazo também previamente acordado” (Matos, 1992:172).

O SNC (NCRF 27, § 15) impõe que os instrumentos financeiros derivados sejam mensurados ao justo valor, com uma única exceção, aos derivados sobre instrumentos de capital próprio cujo justo valor não possa ser mensurado fiavelmente (NCRF 27; § 14).

O tratamento dado a estes instrumentos no novo normativo é assim diferente do tratamento em POC, que previa unicamente a mensuração pelo valor do custo com o reconhecimento de ajustamentos²⁹, caso o valor do mercado, à data do relato financeiro, fosse inferior ao valor contabilístico. O tratamento em POC mantém-se, contudo, para a exceção mencionada acima.

Esta diferença de tratamento irá ter impacto no capital próprio das entidades, já que os valores referentes a estes instrumentos terão de ser alterados na fase de introdução do novo normativo.

- **Financiamentos Obtidos**

Vimos, em Ativos Fixos Tangíveis e Inventários, que o SNC permite, por opção, a capitalização dos custos com financiamentos.

Esta é a principal diferença entre o SNC e o POC com impacto nos Capitais próprios.

O POC só permitia a capitalização destes custos para as Imobilizações Corpóreas, mas com carácter excecional, pelo que raramente era utilizada.

A NCRF 10 define a capitalização como uma opção da entidade, e estabelece as regras que devem ser respeitadas.

A capitalização tem contudo impacto fiscal negativo de imediato, pelo que se pensa que as entidades continuarão a optar pela não capitalização dos custos de financiamento, salvo se tiverem prejuízos fiscais.

²⁷ “Uma operação de *swap* é uma transação entre duas partes, cujas necessidades em matéria de divisas ou de taxas de juro são complementares. Essa transação é feita, via de regra, através de um intermediário, geralmente um banco. Os contratos de *swap* podem, pois, envolver taxas de juro ou divisas” (Matos, 1992:155).

²⁸ “Uma *Forward Rate Agreement* é um contrato estabelecido entre duas partes que se procuram proteger contra um movimento nas taxas de juro que lhes possa ser desfavorável, com base num certo montante, para um período de tempo especificado, a ter início numa data futura previamente acordada, e para uma taxa fixada, sem que haja de qualquer das partes o compromisso de emprestar ou tomar emprestado o montante de referência do contrato” (Matos, 1992:185).

²⁹ No SNC são designados por “Perdas por imparidade”.

- **Goodwill**

O conceito de *trespasse*, ou como é mais conhecido *goodwill* (termo em inglês), resulta da utilização do método da compra na contabilização das concentrações de atividades empresariais.

O NCRF 14 requer a aplicação do método da compra em todas as concentrações de atividades empresariais. Este método era já de aplicação generalizada em POC, mas previa-se o método de comunhão de interesses para casos excecionais.

No método de compra, os ativos e passivos são contabilizados pelo justo valor, podendo ser identificados ativos e passivos não incluídos na contabilidade.

“O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição sobre a proporção detida pelo comprador no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis, na data da compra.”³⁰

O *goodwill* pode ser positivo ou negativo.

Caso o *goodwill* seja positivo é reconhecido como um Ativo intangível pelo seu custo.

No POC o *goodwill* “deve ser amortizado numa base sistemática, num período que não exceda cinco anos, a menos que a vida útil mais extensa possa ser justificada nas demonstrações financeiras, não excedendo, porém 20 anos.”³¹

O SNC “o *goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais não deve ser amortizado. Em vez disso, a adquirente deve testá-lo quanto a imparidade anualmente, ou com mais frequência, se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem que pode estar em imparidade³²”.

Embora menos frequente o *goodwill* poderá ter um valor negativo. Neste caso representa que o comprador pagou um valor inferior ao justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis, na data da compra.

³⁰ Rodrigues (2009:601).

³¹ POC (2006:152).

³² NCRF 14, § 35.

Para o *goodwill* negativo o POC proponha duas alternativas: “a diferença pode ser repartida pelos ativos não monetários individuais adquiridos, na proporção dos justos valores destes. Alternativamente, esta diferença pode ser tratada como proveito diferido e imputada a resultados numa base sistemática, durante um período que não ultrapasse cinco anos, a menos que a vida útil mais extensa possa ser justificada nas demonstrações financeiras, não excedendo, porém 20 anos³³”.

O SNC, por seu lado, considera que se deve: (NCRF 14, § 36)

- a) Reavaliar a identificação e a mensuração dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida, e a mensuração do custo da concentração; e
- b) Reconhecer imediatamente nos resultados qualquer excesso remanescente após a reavaliação.

Estas diferenças na mensuração do *goodwill* irão certamente provocar impacto no capital próprio das entidades que têm valores neste capítulo.

- **Capital / Prestações Suplementares não realizados**

O POC considerava para efeito do cálculo do capital próprio o valor nominal do capital social.

Tinha uma visão legalista. Após a subscrição do capital os sócios/acionistas tinham a “obrigação” de proceder à realização, pelo que o valor a receber era tratado e apresentado como um Ativo (dívida a receber).

Semelhante tratamento era dado a outros instrumentos de capital próprio como é exemplo as prestações suplementares.

O SNC tem opinião semelhante quanto ao tratamento mas não quanto à apresentação.

Quanto ao reconhecimento o SNC defende que “uma entidade deve reconhecer instrumentos de capital próprio quando a entidade emite tais instrumentos e os subscritores fiquem obrigados a pagar dinheiro ou entregar qualquer outro recurso em troca dos referidos instrumentos de capital próprio” (NCRF 27, § 8).

³³ POC (2006:152).

Já quanto à apresentação, o SNC, dando primazia ao princípio da “substância sobre a forma”, defende que “se os instrumentos de capital próprio forem emitidos antes dos recursos serem proporcionados, a entidade deve apresentar a quantia a receber como dedução ao capital próprio e não como ativo” (NCRF 27, § 8) e “se os recursos ou dinheiro forem recebidos antes da emissão de ações e a entidade não poder ser obrigada a devolver tais recursos ou dinheiro, a entidade deve reconhecer um aumento de capital próprio até ao limite da quantia recebida” (NCRF 27, § 8).

Esta diferença na apresentação irá ter impacto no cálculo do capital próprio das entidades que tenham instrumentos de capital próprio não realizados.

- **Impostos diferidos**

Não existem diferenças significativas entre os dois normativos no que diz respeito a impostos diferidos.

A DC 28 do POC (POC, 2006:206) foi emitida em 2001, data em que já se procurava a harmonização contabilística internacional. Tanto a DC 28 como a NCRF 25 têm por base a IAS 12.

As diferenças com impacto no capital próprio serão motivadas pelas diferenças vistas nos itens anteriores, e que, em muitos casos, terão impactos fiscais e pelo âmbito de aplicação das normas.

A NCRF 25 é de aplicação obrigatória a todas as entidades que adotem, por obrigação ou opção, o SNC, enquanto a DC 28 só era de aplicação obrigatória para as entidades de maiores dimensões³⁴.

O POC definia que as entidades que não ultrapassavam dois dos três limites referidos no artigo 262.º do Código das Sociedades Comerciais³⁵ (Neto, 2007: 110) poderiam utilizar os modelos menos desenvolvidos de Balanço, Demonstração dos resultados líquidos e Anexo (artigo 3.º do DL 410/89)³⁶. Para estas empresas a DC não era de aplicação obrigatória.

³⁴ POC (2006:206).

³⁵ Total de Balanço – 1.500.000 €; Total de Vendas líquidas e outros proveitos – 3.000.000 €; Número de trabalhadores empregados em média durante o exercício – 50.

³⁶ POC (2006:6)

2.2.1.5. Diferenças e alterações sem impacto no capital próprio

Nem todas as alterações terão impacto no valor contabilístico das empresas. Há alterações que se resumem à forma de apresentação espelhando a nova filosofia no reporte de informação incluída no SNC. Analisaremos de seguida as diferenças mais significativas.

- **Locação Financeira**

No SNC as dívidas com aquisições em regime de locação financeira passaram a ser reconhecidas na subconta 2513 – Financiamentos Obtidos – Locações Financeiras. No POC estas dívidas estavam reconhecidas na subconta 261 – Outros devedores e credores – Fornecedores de Imobilizado.

Esta alteração vem reforçar o princípio da substância sobre a forma aplicado às locações financeiras iniciado no POC.

- **Acréscimos**

Os acréscimos de proveitos, e os acréscimos de custos, subcontas 271 e 273, respetivamente, no POC, passaram para a subconta 272 – Outras contas a receber e a pagar - Devedores e credores por acréscimos no SNC.

Com esta alteração desmembrou-se a conta 27 - Acréscimos e diferimentos do POC, separando os acréscimos, que passam a ser tratados como uma conta a receber ou a pagar, dos diferimentos, que passam a estar isolados na conta 28 do SNC.

- **Pessoal**

No SNC as dívidas a pagar e a receber referentes ao pessoal passam a ter uma conta de razão própria, 23 – Pessoal.

Esta alteração vem colocar em destaque este grupo, logo após os clientes e fornecedores, e reconhecer a sua importância na vida das empresas, designadamente do ponto de vista financeiro.

No POC as operações com o pessoal eram contabilizadas na conta residual 26 – Outros devedores e credores, embora com uma subconta própria, a 262 – Pessoal.

- **Ativos biológicos**

No SNC foi criada uma conta própria para estes ativos (37 – Ativos biológicos) face às suas características especiais.

- **Propriedades de investimento**

No SNC as propriedades de investimentos passam a ser contabilizadas autonomamente na conta 42 – Propriedades de investimento deixando o tratamento dado em POC que considerava estas propriedades com fazendo parte dos investimentos financeiros e que eram contabilizados na 414 – Investimentos em imóveis.

Com esta alteração ficam separados os investimentos estritamente financeiros (participações de capital, empréstimos, ...) com os investimentos em propriedades.

- **Amortizações e ajustamentos**

Em POC as amortizações e ajustamentos eram contabilizados em contas próprias, 48 e 49, respetivamente.

Em SNC as amortizações, que passam a designa-se depreciações para os ativos fixos tangíveis mantendo-se o termo amortizações no caso dos ativos intangíveis, passam a ser contabilizadas numa subconta do ativo a que dizem respeito.

Da mesma forma, os ajustamentos, que em SNC se designam de perdas de imparidade, passam a ser contabilizados numa subconta do ativo respetivo.

Com esta alteração os valores brutos, as depreciações/amortizações e as perdas por imparidade de um determinado grupo do ativo passam a estar registados na mesma conta, embora em subcontas separadas.

Esta nova forma de registo é coerente com a forma de apresentação das DF em que os ativos são apresentados pelos valores líquidos, mantendo contudo a contabilização pelo método indireto, para possibilitar conhecer os valores brutos dos ativos.

- **Custos e perdas extraordinárias / Proveitos e ganhos extraordinários**

O conceito de “extraordinário” existente nas contas 69 – Custos e perdas extraordinários e 79 – Proveitos e ganhos extraordinários do POC desaparece no SNC.

De acordo com a NCRF 1, § 35 uma entidade não deve apresentar itens de rendimento e de gasto como itens extraordinários, quer na face da Demonstração dos resultados quer no Anexo.

Esta alteração implica que todos os custos e perdas, designados em SNC como ganhos e perdas passam a ser registados segundo a sua natureza, mantendo contudo a existência de uma conta residual onde são registadas as operações que não possam ser incluídas nas contas principais.

Igual procedimento tem os proveitos e ganhos extraordinários, que são designados em SNC como rendimentos e ganhos.

- **Imparidades e justo valor**

Como já foi referido anteriormente, os conceitos de “imparidade” e “justo valor” têm uma enorme importância no SNC. São conceitos transversais e aplicados de uma forma obrigatória ou facultativa à grande parte dos ativos e passivos.

Confirmando essa relevância o SNC atribuiu contas próprias para as perdas de imparidade (65), para as perdas por redução de justo valor (66) e para os ganhos por aumento de justo valor (77).

No POC o conceito semelhante, ajustamento, era registado na mesma conta que as amortizações embora em subcontas separadas.

2.2.2. Processo de adoção do SNC

À semelhança das normas internacionais, o SNC emitiu uma norma para “regular” a introdução do novo normativo nas contas das entidades.

Esta norma, designada de NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro, têm por objetivo (NCRF 3, § 1):

“Assegurar que as primeiras demonstrações financeiras de uma entidade, de acordo com as NCRF, contenham informação que:

- a) Seja transparente para os utentes e comparável em todos os períodos apresentados;
- b) Proporcione um ponto de partida conveniente para a contabilização segundo as NCRF;

c) Possa ser gerada a um custo que não exceda os benefícios para os utentes.”

Com o fim de fazer a transição para o SNC a “entidade deve preparar um Balanço de abertura de acordo com as NCRF na data de transição” (NCRF 3, § 5).

A data de transição para o SNC no primeiro exercício que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2010.

As primeiras demonstrações financeiras, de acordo com as NCRF, devem incluir pelo menos um ano de comparativo, elaborado de acordo com as NCRF (NCRF 3, § 12), o que vai obrigar as entidades a “refazer” as contas do ano de 2009 e o Balanço de abertura de 2009, adaptando ao novo normativo.

Tal como é referido na NCRF 3, §§ 6 a 8, as políticas contabilísticas que uma entidade usa no Balanço de abertura de acordo com as NCRF, podem diferir daquelas que usou para a mesma data utilizando os princípios contabilísticos geralmente aceites do POC. Neste processo, colocar-se-ão, eventualmente, questões relacionadas com:

- O reconhecimento e/ou desreconhecimento de ativos ou passivo;
- A reclassificação de ativos e passivos;
- A mensuração segundo critérios diferentes.

Os ajustamentos que venham a ser realizados no Balanço de abertura, resultantes da aplicação das NCRF, derivam de acontecimentos e transações anteriores à data da transição, por conseguinte, a entidade deverá reconhecer esses ajustamentos diretamente nos resultados transitados, ou, se apropriado, noutra item do capital próprio, à data da transição para as NCRF (NCRF 3, § 8).

É com base nestes ajustamentos que iremos medir o impacto que a adoção do SNC teve no capital próprio das entidades através do estudo empírico descrito no capítulo seguinte.

3. Estudo Empírico

Neste capítulo será apresentada a metodologia adotada, os procedimentos da recolha dos dados bem como a seleção da amostra. Serão ainda referidas as limitações da metodologia utilizada.

A apresentação da metodologia utilizada é importante porque, tal como refere Angulo (2000, citado por Pinheiro, 2007), no estudo de um determinado tema, é mais relevante o método utilizado do que propriamente a natureza do que é estudado.

3.1. Metodologia

A decisão sobre a metodologia utilizada neste trabalho esteve diretamente relacionada quer com o assunto a investigar quer com a necessidade de adaptar o método ao objeto de estudo.

Através do método indutivo iremos estudar o impacto da adoção do SNC no capital próprio das empresas quer em termos absolutos quer em termos relativos. Pretende-se ainda estudar o “como”, isto é, quais os itens que são responsáveis pelos impactos detetados. No raciocínio indutivo a generalização deriva de observações de casos da realidade concreta (Silva & Menezes, 2005:26).

Estamos perante uma pesquisa básica tal como é entendida por Silva & Menezes (2005:20) já que o seu objetivo é criar novos conhecimentos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista.

Quanto aos seus objetivos este trabalho pode ser classificado como uma pesquisa exploratória pois procura proporcionar uma maior familiaridade com o problema, com vista a torna-lo mais explícito (Gil, 2002:41).

Em termos de abordagem do problema é uma pesquisa quantitativa já que iremos quantificar e classificar os dados para depois os analisar. Serão utilizadas técnicas de estatística descritiva (Silva & Menezes, 2005:20).

É uma pesquisa documental já que é elaborado a partir de material que não recebeu tratamento analítico (Silva & Menezes, 2005:21).

As demonstrações financeiras sobre o qual recaiu a nossa análise de conteúdo foram as referentes ao ano de 2009, últimas apresentadas segundo o normativo POC, nomeadamente o Balanço, e as primeiras apresentadas segundo o normativo SNC, ano de 2010, nomeadamente a Demonstração das alterações no capital próprio (DACP), o Balanço, o Anexo e a Demonstração de resultados por naturezas (DR).

Pela análise do Anexo, designadamente da reconciliação do capital próprio pela adoção do SNC, foram determinadas as causas do impacto no capital próprio sendo classificadas e quantificadas.

3.2. Amostra

A população³⁷ (universo da pesquisa) é o conjunto de empresas que utilizava o POC até ao ano de 2009 e que adotou o SNC no início de 2010.

Segundo o Instituto Nacional de Estatísticas (INE) (2012:19) em 2009 havia em Portugal 1.198.781 empresas. O Portal das Finanças (2012) informa que foram apresentadas no ano de 2010 (referente ao ano de 2009) 581.646 declarações IES (Informação Empresarial Simplificada). Esta diferença representa que mais de metade das empresas, pelas suas características, nomeadamente a dimensão e natureza jurídica, não são obrigadas a apresentar contas de acordo com a contabilidade organizada.

O Portal estatístico de informação empresarial do IRN³⁸ (2012) refere que só apresentaram a declaração a IES 382.001 empresas. Esta diferença de números entre o Portal das Finanças e o Portal do IRN é referente aos empresários em nome individual e aos trabalhadores independentes que são incluídos nos dados do INE e do Portal das Finanças mas que não são incluídos no Portal do IRN. Há no entanto de subtrair a estes elementos as empresas que não aplicavam o POC e que não adotaram o SNC do qual não foi possível obter dados.

³⁷ “Em estatística, **população** designa o conjunto dos elementos cujos atributos são objeto de um determinado estudo. Deste modo, as populações são os conjuntos fundamentais para efetuar análises estatísticas” (Murteira *et al*, 2002:6)

³⁸ O Instituto dos Registos e do Notariado, I. P. (IRN, IP), é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, que tem por missão executar e acompanhar as políticas relativas aos serviços de registo.

O número de sujeitos a incluir num estudo baseia-se em vários fatores. Os mais relevantes para a determinação da amostra foram a dimensão da população, os objetivos do estudo, o tempo disponível para a sua realização e a dificuldade em obter os dados (relatórios de contas).

Este estudo é um trabalho académico e pretende sobretudo estudar tendências e descrever o fenómeno. A dificuldade em obter os dados é grande e o tempo disponível para o conseguir é curto.

Por todas estas condicionantes decidimos optar pela amostra mínima, recomendada para estes casos, de 30 empresas³⁹.

Face à dificuldade em obter os relatórios de contas por contacto direto, optamos por procurar na internet as empresas que publicam os relatórios de contas nos seus sítios institucionais. A nossa pesquisa foi feita utilizando o motor de busca Google com a palavra-chave “Contas 2010”.

Os relatórios de contas disponíveis e localizadas foram selecionados seguindo os seguintes critérios:

- Empresas que adotaram a versão base do SNC em 2010.
- Possuírem todas as DF necessárias para o estudo (DACP, Balanço, Anexo, DR) e todas as informações necessárias para justificar as variações no capital próprio.
- Representarem a maior variedade em termos de dimensão, origem de capitais e sectores de atividade.

Segundo Freixo (2011:184) estamos perante uma amostragem por seleção racional⁴⁰. Silva & Menezes (2005:32) designam este tipo de amostras de intencionais⁴¹. Em ambos os autores este tipo de amostragem designa-se de não probabilística.

³⁹ Freixo (2011:187).

⁴⁰ “Amostra por seleção racional: Amostra de tipo não probabilístico em que os elementos da população são escolhidos por causa da correspondência entre as suas características e o objetivo do estudo” (Freixo, 2011:269).

⁴¹ “Amostras intencionais: escolhidos casos para a amostra que representem o “bom julgamento” da população/universo” (Silva & Menezes, 2005:32)

Na amostragem não probabilística a probabilidade de um determinado elemento pertencer à amostra não é igual à dos restantes elementos (não seguindo portanto os princípios básicos da teoria das probabilidades). O problema com este tipo de amostras é que estas podem, ou não, ser representativas da população em estudo. O processo de inferência estatística é apenas válido quando as amostras estudadas são representativas da população teórica em estudo a partir da qual foram obtidas (Marôco, 2010:27).

Após a pesquisa e seleção a amostra ficou composta pelas seguintes empresas:

Nome abreviado	Nome completo
AGUAS DE SANTAREM	AS - Empresa de ÁGUAS DE SANTAREM, EM SA
AMBISOUSA	AMBISOUSA - Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos, EIM
APDL	Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA
APSS	Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA
BRAVAL	BRAVAL-Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA
CALDAS DE ARÊGOS	Companhia das Águas das CALDAS DE ARÊGOS, EM, SA
CANAS	CANAS, Electro-Montagens, SA
CARRIS	COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, SA
CHAGAS	FLORENCIO AUGUSTO CHAGAS, SA
COPAM	COPAM - Companhia Portuguesa de Amidos, SA
CP-Comboios de Portugal	CP - Comboios de Portugal, E.P.E.
CTT	CTT - Correios de Portugal, SA
CTT EXPRESSO	CTT EXPRESSO - Serviços Postais e Logística, SA
EDIFER	EDIFER Investimentos SPGS, SA
EMEL	EMEL, e.e.m.
FERTAGUS	FERTAGUS - Travessia do Tejo, Transportes, SA
JOSÉ DE MELLO SAÚDE	JOSÉ DE MELLO SAÚDE, SPSG, SA
LISGRÁFICA	LISGRÁFICA - Impressão e Artes Gráficas, SA
LISNAVE	LISNAVE Estaleiros Navais. SA
LUSA	LUSA - Agência de Notícias de Portugal, SA
PORTUGEN	PORTUGEN Energia, SA
PORTWAY	PORTWAY - Handling de Portugal, SA
RODOVIÁRIA DE LISBOA	Empresa RODOVIÁRIA DE LISBOA, SA
RODOVIÁRIA DO TEJO	RODOVIÁRIA DO TEJO, SA
RTP	Rádio e Televisão de Portugal, SA
STCP	Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA
TRATOLIXO	TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM,SA
TST	TST - Transportes Sul do Tejo, SA
VALORPNEU	VALORPNEU - Sociedade de Gestão de Pneus, Lda
ZAGOPE	ZAGOPE - Construções e Engenharia, SA

Fonte: Elaboração própria

Quadro 7 - Empresas da amostra

Após seleccionar a amostra é importante estudar as suas características.

Em relação à dimensão das empresas, utilizando os critérios recomendados pela Comissão Europeia⁴² e pelo INE⁴³, a amostra é caracterizada da seguinte forma:

Categoria	Amostra		Portugal 2010	
	Empresas	%	Empresas	%
Grandes empresas	20	66,7%	1.082	0,1%
Médias empresas	6	20,0%	6.281	0,5%
Pequenas empresas	4	13,3%	42.662	3,7%
Microempresas	0	0,0%	1.094.125	95,6%
Total	30	100,0%	1.144.150	100,0%

Fonte: Elaboração própria com dados do INE (2012:19)

Quadro 8 - Caracterização da amostra - em relação à dimensão

A amostra é constituída principalmente por grandes empresas (66,7%) embora estas só correspondem a 0,1% das empresas nacionais. Esta diferença é devida, sobretudo, à forma escolhida para a recolha dos dados, a internet, e à prioridade dada na seleção.

Aparentemente existe uma relação entre a dimensão da empresa e a utilização da internet para publicitar a empresa, os seus produtos/serviços e os seus relatórios de contas.

Na seleção foi dado prioridade às grandes empresas já que correspondem realidades mais complexas e por isso mais ricas para a análise que conteúdo que pretendemos fazer.

A amostra inclui algumas empresas de média e pequena dimensão.

A ausência de microempresas deve-se ao fato de estas empresas estarem abrangidas essencialmente pela norma contabilística e de relato financeiro para as pequenas entidades (NCRF-PE)⁴⁴.

A NCRF-PE é uma norma para as pequenas entidades que aplica uma versão simplificada e reduzida do SNC pelo que optamos não a considerar neste trabalho.

⁴² Recomendação da Comissão 2003/361/CE, de 6 de maio.

⁴³ Empresas individuais (empresários em nome individual e profissionais independentes) e sociedades (INE, 2012:3).

⁴⁴ Art.º 9º do Decreto-Lei nº 158/2009.

A amostra foi selecionada a ter na amostra empresas dos vários sectores de atividade.

Utilizando a Classificação Portuguesa de Atividades Económicas (CAE) na sua revisão 3 (INE, 2007), a amostra é caracterizada da seguinte forma:

CAE Secção	Designação da atividade	Amostra	
		Empresas	%
C	Indústrias transformadoras	4	13,3%
E	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	4	13,3%
F	Construção	4	13,3%
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	2	6,7%
H	Transportes e armazenagem	12	40,0%
J	Actividades de informação e de comunicação	2	6,7%
M	Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1	3,3%
Q	Actividades de saúde humana e apoio social	1	3,3%
	Total	30	100,0%

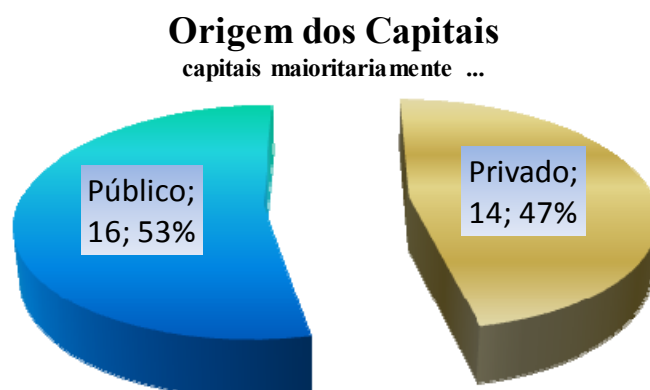
Fonte: Elaboração própria.

Quadro 9 - Caracterização da amostra - em relação à atividade

Há um predomínio de empresas do setor dos transportes, mas temos empresas da indústria transformadora, dos serviços de distribuição de água e saneamento, da construção, comércio por grosso e dos serviços, abrangendo assim uma variedade de atividades.

Para além da dimensão e do setor de atividade, na seleção procurou-se empresas de capitais públicos e as empresas de capitais privados já que representam realidades diferentes e esse facto enriquece o estudo. O ligeiro desequilíbrio a favor das empresas de capitais públicos deve-se ao maior número de empresas que publica as suas contas na internet.

Em relação à origem dos capitais a amostra é caracterizada da seguinte forma:



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 1 - Origem dos capitais

A nível de volume de negócios, resultado líquido, Balanço e empregados a amostra pode resumir da seguinte forma:

Valor de		Amostra - valores de 2010			
		Valor total	Valor médio	Valor mínimo	Valor máximo
Volume de negócios	(milhares de euros)	3.279.230	109.308	267	625.235
Resultado Líquido	(milhares de euros)	-142.588	-4.753	-195.197	56.305
Balanço	(milhares de euros)	6.046.147	201.538	2.332	1.219.732
Empregados		43.771	1.459	7	12.473

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 10 - Caracterização da amostra - em relação aos valores

As empresas da amostra têm um volume de negócios total de 3.279 milhões de euros, com valores a oscilar entre os 0,2 e os 625 e com um valor médio de 109 milhões de euros.

Em termos de resultados líquidos do período de 2010 temos um valor total negativo de 143 milhões de euros o que perfaz uma média negativa de 5 milhões de euros. Os resultados líquidos do período oscilam entre -195 e 56 milhões de euros com 7 empresas a apresentar resultados negativos e as restantes 23 com resultados positivos.

O valor do Balanço de todas as empresas da amostra soma 6.046 milhões de euros. Os valores oscilam entre os 2 e os 1.220 e têm uma média de 202 milhões de euros.

Estas empresas empregavam no final de 2010 um total de 43.771 pessoas o que perfaz uma média de 1.459. A menor empregadora tinha somente 7 pessoas e a maior 12.473.

No capítulo seguinte serão apresentados os resultados da análise efetuada na amostra selecionada.

4. Análise e Discussão dos Dados Obtidos

4.1. Impactos nos capitais próprios

Analisando os relatórios de contas das empresas da amostra foram obtidos os seguintes valores:

valores em €

Empresa	CP 2009 (contas POC)	CP 2009 (contas SNC)	Δ CP	Δ % CP
AGUAS DE SANTAREM	31.715.573	32.836.029	1.120.456	3,5%
AMBISOUSA	5.827.486	5.912.353	84.867	1,5%
APDL	238.501.885	288.619.087	50.117.202	21,0%
APSS	37.714.302	76.723.406	39.009.104	103,4%
BRAVAL	3.839.995	6.984.033	3.144.039	81,9%
CALDAS DE ARÊGOS	2.253.610	2.055.954	-197.656	-8,8%
CANAS	4.113.092	3.918.440	-194.653	-4,7%
CARRIS	-734.204.093	-733.797.247	406.845	0,1%
CHAGAS	31.522.681	31.522.681	0	0,0%
COPAM	13.978.966	13.996.079	17.113	0,1%
CP-Comboios de Portugal	-2.234.054.240	-2.236.107.638	-2.053.398	-0,1%
CTT	220.787.625	200.494.661	-20.292.964	-9,2%
CTT EXPRESSO	29.641.552	29.543.717	-97.835	-0,3%
EDIFER	56.647.015	54.740.979	-1.906.036	-3,4%
EMEL	3.489.476	3.348.064	-141.412	-4,1%
FERTAGUS	9.167.529	9.167.529	0	0,0%
JOSÉ DE MELLO SAÚDE	32.155.884	32.155.884	0	0,0%
LISGRÁFICA	-15.820.299	-15.971.449	-151.150	-1,0%
LISNAVE	36.836.631	35.546.274	-1.290.357	-3,5%
LUSA	8.283.342	8.202.085	-81.258	-1,0%
PORTUGEN	2.888.444	2.592.239	-296.205	-10,3%
PORTWAY	6.802.660	6.802.660	0	0,0%
RODOVIÁRIA DE LISBOA	71.145.154	65.804.431	-5.340.723	-7,5%
RODOVIÁRIA DO TEJO	16.121.676	16.537.192	415.516	2,6%
RTP	-592.028.631	-689.566.087	-97.537.456	-16,5%
STCP	-266.627.412	-237.304.509	29.322.903	11,0%
TRATOLIXO	5.892.955	20.683.804	14.790.849	251,0%
TST	12.850.570	15.154.558	2.303.988	17,9%
VALORPNEU	1.370.128	1.370.128	0	0,0%
ZAGOPE	137.163.000	146.319.000	9.156.000	6,7%
TOTAIS	-2.822.023.443	-2.801.715.664	20.307.779	0,7%

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 11 - Impactos nos CP pela adoção do SNC

As entidades da amostra apresentaram no final do ano de 2009, no normativo POC, um total negativo de capitais próprios de 2.822 milhões de euros.

O valor negativo nos capitais próprios é devido às características específicas da amostra que é constituída maioritariamente por empresas com capitais públicos. Na amostra existem cinco empresas com capitais próprios negativos, sendo quatro (CARRIS, CP-Comboios de Portugal, RTP e STCP) de capitais públicos, e somente uma (LISGRÁFICA) de capitais privados.

No ano de 2010, face à introdução do SNC, o Balanço do final do ano de 2009 foi reexpresso para o novo normativo apresentando um valor total negativo de 2.802 milhões de euros. Verificou-se assim uma variação positiva de 20 milhões de euros o que representa 0,7% dos capitais próprios.

A variação não é homogénea em todas as empresas da amostra pelo que se torna importante dividi-las em grupos.

Nesta amostra temos cinco empresas (17%) que não sofreram qualquer alteração, doze (40%) que tiveram aumento e treze (43%) que tiveram diminuição no capital próprio.

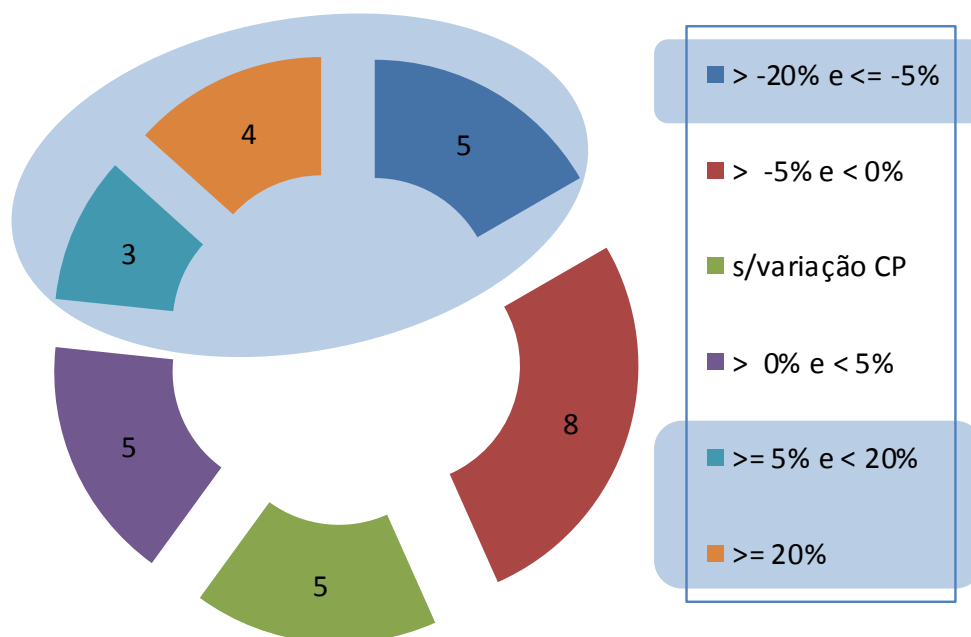
valores em milhares de €

Descrição	Empresas		CP em 31.12.2009		Δ CP	
	nº	%	em POC	em SNC	Valor	%
Empresas c/aumento CP	12	40%	-497.225	-347.336	149.889	30,1%
Empresas c/diminuição CP	13	43%	-2.405.817	-2.535.398	-129.581	-5,4%
Sub-total	25	83%				
Empresas s/variação de CP	5	17%	81.019	81.019		
Total	30	100%	-2.822.023	-2.801.716	20.308	0,7%

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 12 - Variações dos capitais próprios

Podemos ainda verificar pelo quadro 12 que os aumentos foram muito mais significativos que as diminuições. As empresas que viram aumentar o capital próprio, pela adoção do SNC, tiveram um aumento médio de 30%, enquanto as empresas que viram reduzir o seu capital próprio tiveram uma redução média de somente 5%.



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 2 - Amplitude das variações dos capitais próprios em %

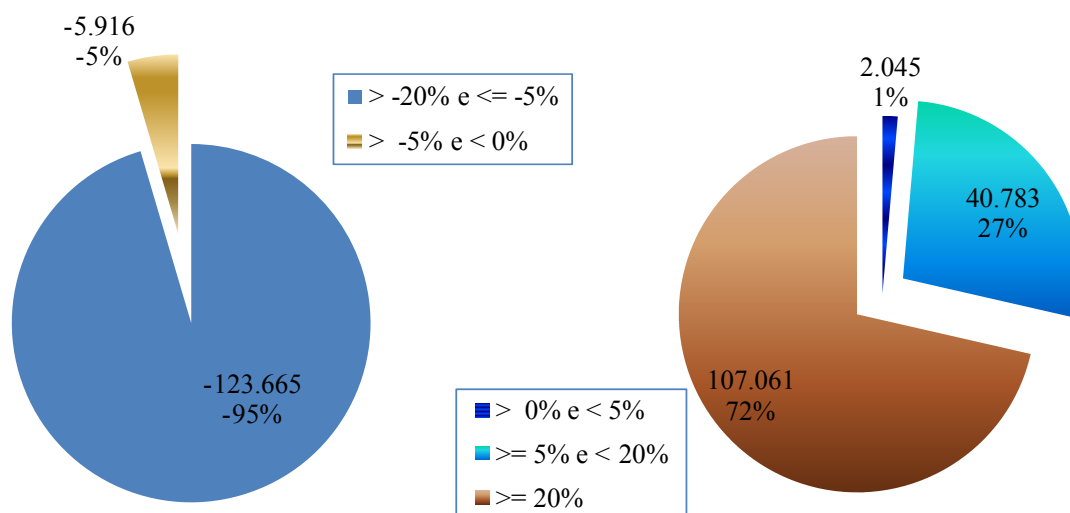
Medindo a amplitude das variações podemos verificar que em dezoito empresas (60%) as variações no capital próprio são pouco significativas ou nulas, sendo que cinco (17%) não tiveram qualquer variação no capital próprio e treze (43%) tiveram variações pouco significativas (inferiores a 5%).

As restantes doze empresas (40%) tiveram variações significativas, com oito (27%) a apresentarem variações entre 5% e 20% e as restantes quatro (13%) com variações superiores a 20%.

Já em termos de valor absoluto verifica-se que a maior variação se verifica nas entidades com alterações significativas ou muito significativas.

Nas diminuições do capital próprio 95% do valor situam-se nas entidades com variações significativas, restando 5% para as entidades com variações pouco significativas.

valores em milhares de €



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 3 - Amplitude das variações dos capitais próprios em valor

Nos aumentos de capital próprio 72% verificam-se nas entidades com variações muito significativas, 26% nas entidades com variações significativas e os restantes 2% nas entidades com variações pouco significativas.

4.2. Origens dos impactos nos capitais próprios

Por fim vamos analisar as origens dos impactos no capital próprio segundo as diferenças e alterações estudadas no capítulo 3.1.4.

As diferenças/alterações entre o POC e SNC podem em simultâneo e na mesma entidade ter provocado diferenças de valor de sinais opostos, isto é aumentos e diminuições no capital próprio.

No nosso trabalho iremos apresentar estas diferenças e alterações pelo valor líquido dentro de cada entidade. Fazemo-lo por uma razão muito simples, foi desta forma que a maior parte das empresas apresentou os dados na fase de adoção do SNC e torna-se impossível obter os dados de forma isolada.

Vamos, no entanto, separar as entidades com valores positivos e as entidades com valores negativos, dentro de cada item.

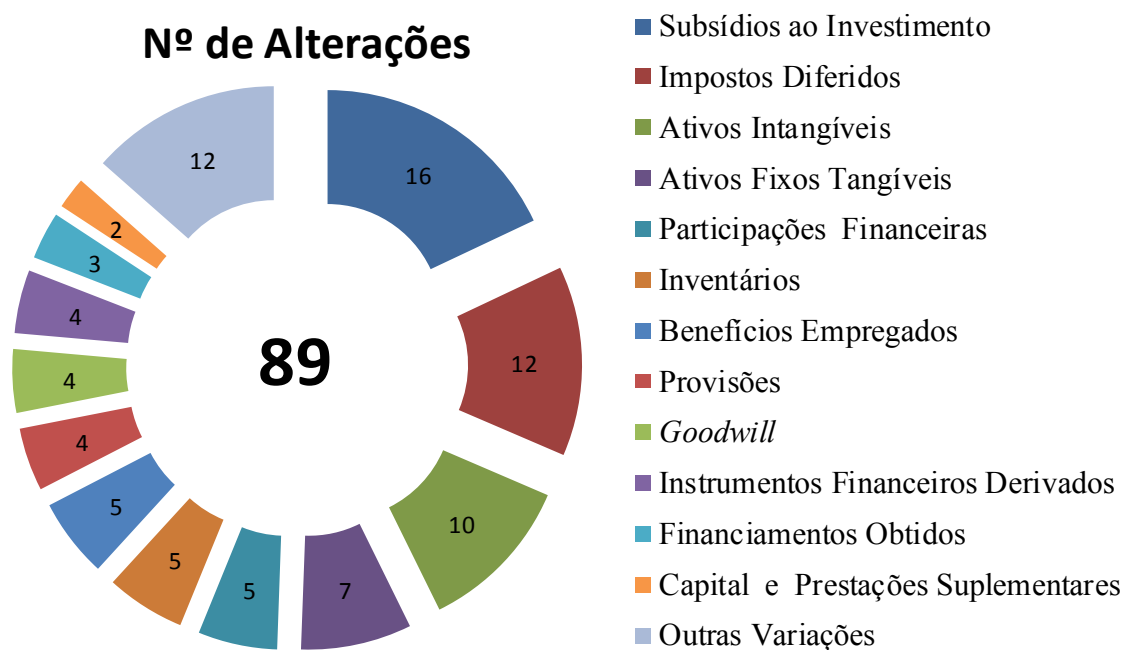
Foram detetadas alterações em 89 rubricas⁴⁵.

A rubrica com maior número de alterações foi os Subsídios ao investimento, em 16 entidades.

Seguiram-se as rubricas Impostos Diferidos, Ativos Intangíveis, e Ativos Fixos Tangíveis, que sofreram alterações em 12, 10 e 7 entidades, respetivamente.

Com menos de 5 alterações encontram-se as Participações Financeiras, Inventários, Benefícios aos empregados, Provisões, *Goodwill*, Instrumentos financeiros derivados, Financiamentos obtidos e Capital e prestações suplementares.

As outras variações correspondem a variação não enquadradas nos itens anteriormente referidos e que não têm relevância. Excetua-se o caso da empresa RTP que têm um valor significativo nesta rubrica mas que se refere a correção de um erro e não a uma variação motivada pela adoção do SNC.



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 4 – N° de alterações

⁴⁵ No apêndice 2 estão descriminadas as alterações em cada uma das empresas.

As rubricas que contribuíram para os aumentos nos capitais próprios foram:

valores em milhares de €

Descrição	Aumentos no Capital Próprio			
	Empresas	%	Valor	%
Subsídios ao Investimento	16	39%	372.853	80%
Ativos Fixos Tangíveis	2	5%	46.645	10%
Provisões	3	7%	12.635	3%
Impostos Diferidos	4	10%	11.078	2%
Instrumentos Financeiros Derivados	1	2%	8.454	2%
<i>Goodwill</i>	3	7%	8.439	2%
Participações Financeiras	4	10%	2.539	1%
Benefícios Empregados	1	2%	2.441	1%
Inventários	2	5%	166	0%
Financiamentos Obtidos	1	2%	16	0%
Outras Variações	4	10%	2.291	0%
Total	41	100%	467.558	100%

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 13 - Origens dos aumentos dos capitais próprios

O maior impacto positivo nos capitais próprios foi a alteração dos subsídios ao investimento que passaram do passivo (POC) para o capital próprio (SNC), totalizando nas entidades da amostra 373 milhões de euros e representando 80% do total das variações positivas.

Será importante referir sobre este aspeto que o tratamento dado aos subsídios no normativo SNC contraria a norma internacional IAS 20, conforme já referimos anteriormente⁴⁶, beneficiando as empresas portuguesas que aplicam este normativo.

As alterações no reconhecimento e mensuração dos ativos fixos tangíveis tiveram também um impacto significativo nos capitais próprios totalizando 47 milhões de euros e representando 10% do total das variações positivas.

⁴⁶ Ver ponto 2.2.1.4. – Diferenças e alterações com impacto no capital próprio - Subsídios ao investimento.

Os itens que contribuíram para as diminuições de capital próprio foram:

valores em milhares de €

Descrição	Diminuições no Capital Próprio			
	Empresas	%	Valor	%
Instrumentos Financeiros Derivados	3	6%	-167.899	38%
Ativos Fixos Tangíveis	5	10%	-59.598	13%
Capital e Prestações Suplementares	2	4%	-56.198	13%
Ativos Intangíveis	10	21%	-44.940	10%
Impostos Diferidos	8	17%	-40.323	9%
Benefícios Empregados	4	8%	-39.801	9%
Financiamentos Obtidos	2	4%	-3.234	1%
<i>Goodwill</i>	1	2%	-1.239	0%
Inventários	3	6%	-992	0%
Provisões	1	2%	-365	0%
Participações Financeiras	1	2%	-8	0%
Outras Variações	8	17%	-32.654	7%
Total	48	100%	-447.250	100%

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 14 - Origens das diminuições dos capitais próprios

O maior impacto negativo nos capitais próprios foi devido à nova mensuração dos instrumentos financeiros derivados representando 38% do valor total das diminuições e totalizou 168 milhões de euros.

Existem ainda mais cinco itens com alterações significativas, são eles os ativos fixos tangíveis (com 13%), os instrumentos de capital próprio não realizados (com 13%), os ativos intangíveis (com 11%), os impostos diferidos (com 9%) e os benefícios aos empregados (com 9%).

Em conjunto, estes seis itens, representam 92% do total das diminuições no capital próprio das entidades analisadas.

Dos itens com variação positiva podemos verificar que os Subsídios ao Investimento, que representa 80% dos aumentos em capitais próprios, não têm variação negativa em nenhuma entidade.

Nos itens com variações negativas salienta-se os Capitais e Prestações Suplementares e Ativos Intangíveis, que juntos representam 23% das diminuições em capitais próprios, não têm evolução positiva em nenhuma entidade.

4.3. Consequências na análise dos rácios

As alterações verificadas pela adoção do SNC são meramente contabilísticas, isto é, não correspondem a fluxos financeiros reais.

Apesar disso terão dois tipos de consequências: a nível de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e na análise da situação económico-financeira da entidade.

As alterações verificadas no capital próprio das entidades poderão ter relevância fiscal. Foi definido no IRC um regime transitório de cinco períodos para dividir em partes iguais o impacto fiscal no lucro tributável das entidades (art.º 5 do DL n.º 159/2009).

A nível de análise económico-financeira da entidade é lógico que os utentes passarão a trabalhar com a nova informação.

Vimos no ponto 4.1 que 60% das entidades da amostra tiveram alterações pouco significativas ou nulas. Para estas as consequências na análise dos rácios são nulas ou residuais.

Para as restantes, indicadores tais como Rendibilidade dos capitais próprios⁴⁷, Solvabilidade⁴⁸ ou Autonomia Financeira⁴⁹ terão certamente valores diferentes.

É certo que uma das análises que é feita é a evolução destes indicadores ao longo do tempo e aqui nada muda já que a comparação terá de ser feita segundo o mesmo normativo.

Mas também é certo que estes indicadores servem para comparar as entidades entre si, com o setor onde atuam ou com valores “objetivo”.

⁴⁷ “Define-se como Rendibilidade dos Capitais Próprios o seguinte indicador: Resultado líquido do exercício / Capitais Próprios” (Carvalho *et al*, 2005:224)

⁴⁸ Rácio de Solvabilidade = Capital Próprio / Passivo Total (Silva, 2011:181)

⁴⁹ Rácio de Autonomia Financeira = Capital Próprio / Ativo (Silva, 2011:182)

A evolução destes indicadores depende da situação específica de cada entidade mas de uma forma sucinta podemos resumi-la da seguinte forma:

Descrição	POC	SNC	Evolução
Rendibilidade dos Capitais Próprios			
Mínimo	-4,8%	-4,8%	0,0%
Máximo	88,9%	87,7%	-1,3%
Média	16,3%	15,5%	-0,8%
Solvabilidade			
Mínimo	-81,3%	-81,5%	-0,2%
Máximo	1012,4%	1631,9%	619,5%
Média	126,8%	166,1%	39,3%
Autonomia Financeira			
Mínimo	-435,1%	-441,2%	-6,1%
Máximo	91,0%	94,2%	3,2%
Média	2,4%	6,0%	3,6%

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 15 - Evolução de indicadores

Destes valores destaca-se os seguintes:

- A Rendibilidade dos capitais próprios, em média, desce ligeiramente por força do aumento dos capitais próprios.
- A Solvabilidade e a Autonomia Financeira melhoram, igualmente, pelo aumento dos capitais próprios.

Esta evolução é consistente com a evolução média dos capitais próprios no âmbito da amostra que, recordamos, teve uma evolução positiva de 20 milhões de euros que representa 0,7% dos capitais próprios no normativo POC.

Devemos ter em conta que 40% das entidades tiveram alterações significativas ou muito significativas no capital próprio e que esta evolução média é fruto de um somatório de evoluções com amplitudes superiores mas com sinais contrários.

A fim de evitar esta “compensação”, entre valores positivos e negativos, será importante analisar a evolução dos indicadores, separando as entidades com aumentos no capital próprio e as entidades que tiveram diminuições.

Descrição	POC	SNC	Evolução
Rendibilidade dos Capitais Próprios			
Mínimo	1,1%	-2,2%	-3,3%
Máximo	22,7%	26,2%	3,6%
Média	10,6%	9,8%	-0,8%
Solvabilidade			
Mínimo	-81,3%	-81,5%	-0,2%
Máximo	1012,4%	1631,9%	619,5%
Média	178,5%	292,6%	114,2%
Autonomia Financeira			
Mínimo	-435,1%	-441,2%	-6,1%
Máximo	91,0%	94,2%	3,2%
Média	-21,6%	-5,4%	16,2%

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 16 - Evolução dos indicadores nas entidades com aumento nos CP

Para as entidades com aumento de capital próprio mantêm-se a redução ligeira da Rendibilidade dos capitais próprios mas a Solvabilidade e a Autonomia Financeira têm evoluções positivas muito significativas, 114 % e 16 %, respetivamente.

Descrição	POC	SNC	Evolução
Rendibilidade dos Capitais Próprios			
Mínimo	-1,0%	-1,1%	-0,1%
Máximo	88,9%	87,7%	-1,3%
Média	22,1%	21,0%	-1,1%
Solvabilidade			
Mínimo	-58,6%	-64,7%	-6,1%
Máximo	675,5%	616,3%	-59,2%
Média	106,6%	91,9%	-14,6%
Autonomia Financeira			
Mínimo	-141,6%	-183,4%	-41,8%
Máximo	87,1%	86,0%	-1,1%
Média	12,5%	5,9%	-6,6%

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 17 - Evolução dos indicadores nas entidades com diminuição nos CP

Para as entidades com diminuição de capital próprio mantêm-se a redução ligeira da Rendibilidade dos capitais próprios, mas a Solvabilidade e a Autonomia Financeira têm evoluções negativas significativas, -15 % e -7 %, respetivamente.

Para estas entidades, face à diminuição dos capitais próprios, seria de esperar que o indicador de Rendibilidade dos capitais próprios tivesse uma evolução positiva. Esta evolução foi provocada por uma redução do resultado líquido do período superior à diminuição dos capitais próprios.

A análise em separado mostra-nos que a diferença nos indicadores tem uma maior amplitude e a sua evolução depende da situação concreta de cada entidade.

4.4. Comparabilidade com as NIC

Vimos no ponto 2.2.1.4 que o procedimento de reconhecer os subsídios ao investimento nos capitais próprios, adotado pelo SNC, não era seguido pelas NIC, sendo mesmo proibido.

No estudo empírico detetamos que este reconhecimento é a principal variação positiva, destacando-se das restantes, com 80% do valor das variações positivas.

A adoção deste procedimento põe em causa um dos objetivos principais do SNC, que é a comparabilidade dos relatórios económico-financeiros, neste caso específico, entre os relatórios das empresas que adotaram as NIC e as que adotaram o SNC.

Para a análise deste problema de comparabilidade calculamos a variação dos capitais próprios caso o SNC tivesse seguido o procedimento adotado nas NIC (quadro 18⁵⁰), isto é, tivesse reconhecido os subsídios ao investimento como um rendimento diferido (Passivo) e não como uma componente do capital próprio.

Neste cálculo além das alterações provocadas pelos subsídios ao investimento tivemos ainda a consideração as alterações dos impostos diferidos na parte que respeita aos subsídios ao investimento.

⁵⁰ No apêndice 3 poderá consultar a forma de cálculo e os valores de cada empresa.

O impacto da adoção do SNC no capital próprio das empresas portuguesas

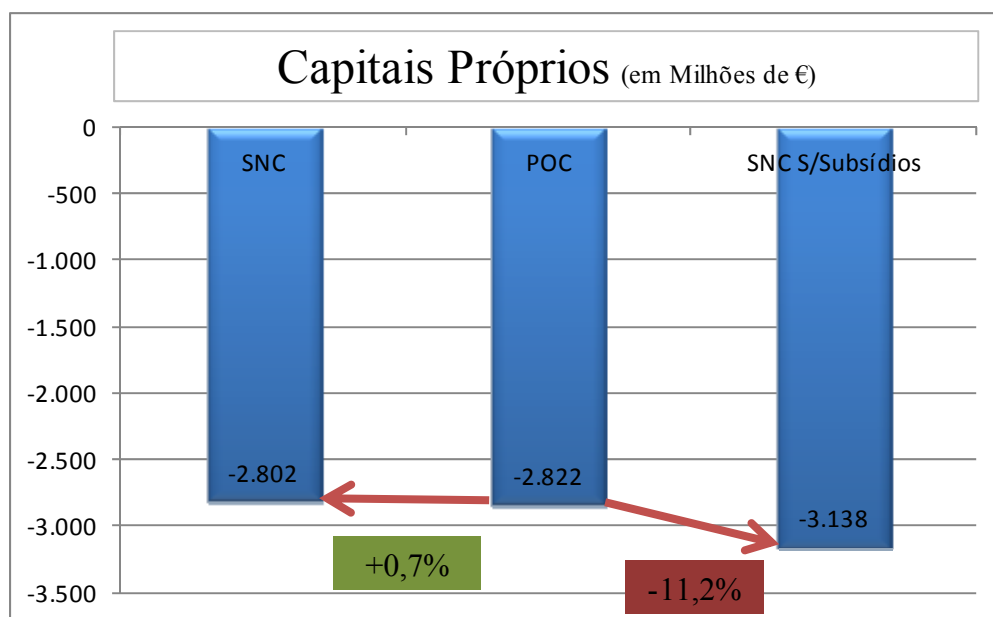
valores em €

Empresa	CP 2009 (contas POC)	CP 2009 (contas SNC s/subsídios)	Δ CP	Δ % CP
AGUAS DE SANTAREM	31.715.573	31.715.573	0	0,0%
AMBISOUSA	5.827.486	5.804.526	-22.960	-0,4%
APDL	238.501.885	240.847.037	2.345.152	1,0%
APSS	37.714.302	37.732.143	17.841	0,0%
BRAVAL	3.839.995	3.839.995	0	0,0%
CALDAS DE ARÊGOS	2.253.610	2.055.954	-197.656	-8,8%
CANAS	4.113.092	3.918.440	-194.653	-4,7%
CARRIS	-734.204.093	-734.681.581	-477.489	-0,1%
CHAGAS	31.522.681	31.522.681	0	0,0%
COPAM	13.978.966	13.978.966	0	0,0%
CP-Comboios de Portugal	-2.234.054.240	-2.455.045.431	-220.991.191	-9,9%
CTT	220.787.625	200.084.475	-20.703.150	-9,4%
CTT EXPRESSO	29.641.552	29.543.717	-97.835	-0,3%
EDIFER	56.647.015	54.740.979	-1.906.036	-3,4%
EMEL	3.489.476	3.348.064	-141.412	-4,1%
FERTAGUS	9.167.529	9.167.529	0	0,0%
JOSÉ DE MELLO SAÚDE	32.155.884	32.155.884	0	0,0%
LISGRÁFICA	-15.820.299	-16.140.343	-320.044	-2,0%
LISNAVE	36.836.631	35.546.274	-1.290.357	-3,5%
LUSA	8.283.342	8.202.085	-81.258	-1,0%
PORTUGEN	2.888.444	2.592.239	-296.205	-10,3%
PORTWAY	6.802.660	6.802.660	0	0,0%
RODOVIÁRIA DE LISBOA	71.145.154	65.060.428	-6.084.726	-8,6%
RODOVIÁRIA DO TEJO	16.121.676	16.321.660	199.984	1,2%
RTP	-592.028.631	-689.823.239	-97.794.608	-16,5%
STCP	-266.627.412	-239.200.616	27.426.796	10,3%
TRATOLIXO	5.892.955	487.789	-5.405.166	-91,7%
TST	12.850.570	13.810.674	960.104	7,5%
VALORPNEU	1.370.128	1.370.128	0	0,0%
ZAGOPE	137.163.000	146.319.000	9.156.000	6,7%
TOTAIS	-2.822.023.443	-3.137.922.311	-315.898.869	-11,2%

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 18 - Impactos nos CP pela adoção do SNC mas sem subsídios

Os valores obtidos nesta hipótese são significativamente diferentes. Analisemos algumas comparações.



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 5 - Comparação da evolução dos CP (com e sem subsídios)

O total dos capitais próprios da amostra era de -2.822 milhões de euros no normativo POC e teve uma evolução positiva de 0,7%, passando para -2.802 milhões de euros, pela adoção do SNC.

No entanto, caso não fosse considerado a evolução positiva resultante da inclusão dos subsídios de investimento nos capitais próprios, estes teriam passado para -3.138 milhões de euros, correspondendo a uma variação negativa de 11,2%.

Analisando separadamente as empresas com aumentos e diminuições nos CP é possível verificar que o procedimento adotado em relação aos subsídios ao investimento teve um forte impacto nos resultados obtidos com esta amostra.

As empresas com aumento de CP seriam reduzidas em 50% caso os subsídios de investimentos estivessem reconhecidos de acordo com as NIC. Passariam de doze para seis. O valor referente aos aumentos de capitais próprios seria reduzido em 73%, passando de 150 para 40 milhões de euros (Quadro 19).

Valores em milhares de €

Descrição	SNC		SNC (S/Subsídios)		Diferenças	
	Empresas	Δ Valor	Empresas	Δ Valor	Empresas	Δ Valor
C/ aumentos de CP	12	149.889	6	40.106	-6	-109.783
C/ diminuição de CP	13	-129.581	16	-356.005	3	-226.424
S/ variação de CP	5	0	8	0	3	0
Total	30	20.308	30	-315.899	0	-336.207

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 19 - Variação nos capitais próprios (com e sem Subsídios)

As empresas com diminuição de CP aumentariam 23%, passando de treze para dezasseis. O valor referente às diminuições de capitais próprios aumentava 177%, passando de -130 para -356 milhões de euros.

O número de empresas sem variação nos CP passaria de cinco para oito.

Esta análise demonstra que existe uma diferença significativa entre o valor contabilístico das empresas da amostra no valor de 336 milhões de euros o que representa 12% dos CP.

Esta diferença de valor levanta problemas de comparabilidade entre empresas que adotaram o SNC e as empresas que adotaram as NIC, pelo que irá obrigar a ajustes para efeitos de análise económico-financeira.

5. Conclusão

Neste ponto do trabalho são apresentados as conclusões da investigação efetuada, as limitações do estudo e algumas ideias para trabalhos futuros.

A aplicação do POC criou durante anos dificuldades de comparabilidade em termos de relato financeiro entre as empresas portuguesas e suas homólogas estrangeiras que utilizavam outros normativos.

Este problema não era estritamente português. Cada país tinha as suas normas contabilísticas.

A internacionalização das empresas e o acesso aos mercados financeiros e de capitais eram afetados pela credibilidade, transparência e comparabilidade das demonstrações financeiras feitas em cada um dos normativos.

As empresas com vocação internacional viam-se frequentemente obrigadas a elaborar dois conjuntos de contas, um de acordo com a legislação contabilística nacional, e outro adaptado às exigências dos mercados de capitais internacionais (Valente, 2009).

A harmonização contabilística surgiu com a necessidade de criar um relato financeiro de cariz económico “normalizado”, reduzindo o risco da informação, através da transparência obtida por políticas de divulgação mais detalhadas, de melhoras na organização interna e da eliminação de diferenças na “linguagem internacional”, potenciando os negócios.

A União Europeia é uma das grandes impulsionadoras da harmonização contabilística. O objetivo de criar um espaço europeu coeso passa por adotar políticas comuns nos mais variadíssimos campos e a contabilidade não é exceção.

Portugal fez várias alterações ao POC com o fim de incorporar na legislação portuguesa as diretrizes aprovadas na UE, aproveitando para introduzir melhorias, mas sem fazer uma reestruturação profunda do normativo.

Em 2002 a UE dá um passo importante para na harmonização contabilística ao adotar as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB para toda a Comunidade.

O Regulamento nº 1606/2002 impõe a aplicação das NIC, a partir de 2005, a todas as entidades com valores mobiliários admitidos em Bolsa, deixando aos Estados-Membros a possibilidade de permitirem ou obrigarem a aplicação das NIC às restantes entidades.

Portugal aproveitou esta ocasião para fazer a reestruturação do normativo nacional, que há muito vinha a ser pedido, criando um novo normativo, designado de Sistema de Normalização Contabilística, que teve por base as NIC.

A principal crítica que era feita ao POC era o facto de estar demasiado baseado no princípio do custo histórico, não fazendo o devido ajustamento dos valores dos ativos e passivos para valores reais de mercado. Criava-se assim a sensação que, os valores expressos pela contabilidade, não representavam o real valor das entidades afetando a credibilidade das contas neste normativo.

O novo normativo, baseado em conceitos e não em regras, não abandona o princípio do custo histórico, mas ao colocar a ênfase no relato (informação para o exterior) cria “mecanismos” que permitem e aconselham, a verificação permanente dos valores reais dos ativos e passivo e o seu ajustamento contabilístico, se necessário.

Esta diferença de tratamento deverá provocar alteração no valor contabilístico das entidades.

Era objetivo deste estudo determinar se havia variações significativas no valor contabilístico das entidades, entre os dois normativos, medindo o capital próprio antes e após a adoção do SNC.

O estudo concluiu que existem diferenças significativas no valor contabilístico das entidades estudadas.

O total da variação no capital próprio das trinta entidades estudadas situa-se em 20 milhões de euros, o que representa somente 0,7% dos capitais próprios no normativo POC. Assim, em termos médios, a variação é pouco significativa mas este resultado é a combinação de aumentos e diminuições que, nesta amostra em concreto, quase se anulam.

No estudo foram verificadas variações significativas (superiores a 5%), positivas ou negativas, em 40% das entidades (12).

Nas trinta entidades estudadas foram detetadas oitenta e nove alterações com impacto no capital próprio, sendo quarenta e um de sinal positivo e as restantes quarenta e oito de sinal negativo.

Nas variações negativas destaca-se a que foi provocada pela rubrica dos Instrumentos Financeiros Derivados, seguindo das alterações nos Ativos Fixos Tangíveis, no Capital e Prestações Suplementares, nos Ativos Intangíveis, nos Impostos Diferidos e nos Benefícios dos Empregados. Estes seis grupos representam 91% das variações negativas em valor.

Nas variações positivas destaca-se a rubrica Subsídios ao Investimento, representando 80% do valor total das variações positivas. Esta rubrica destaca-se ainda porque é a variação verificada em mais entidades. Nas trinta entidades, dezasseis tiveram alterações positivas no capital próprio provocado por esta rubrica.

A variação nos capitais próprios devido aos Subsídios ao Investimento só acontece porque o SNC optou por um método de reconhecimento não permitido nas normas internacionais de contabilidade, e que também não era seguido no POC.

Face à relevância, em termos absolutos e relativos, das alterações na rubrica Subsídios ao investimento e tendo em conta que estas alterações são contrárias às normas internacionais de contabilidade, o SNC ao adotar este procedimento põe em causa um dos seus principais objetivos, a comparabilidade do relato financeiro das entidades que adotaram o SNC com as entidades que utilizam outros normativos.

O objetivo deste estudo foi claramente atingido já que permitiu concluir que existem variações significativas no capital próprio das entidades que adotaram o SNC confirmando assim a hipótese em trabalho embora não totalmente da forma esperada.

É no entanto importante salientar que as conclusões obtidas não podem ser generalizadas já que a amostra estudada não representa a realidade nacional tanto a nível de dimensão, origem dos capitais ou setores de atividade.

A evolução natural deste estudo passará pelo aumento e o “ajustamento” da amostra, isto é, aumento das entidades da amostra e a sua seleção de forma a obter uma maior representatividade da realidade portuguesa.

Este estudo deixa ainda em aberto das opções que foram feitas pelas entidades. Com exceção das variações provocadas pelos Subsídios ao investimento, limita-se a quantificar

as variações registadas, não questionando as opções que estiveram na sua génese. O que acontecia se, por exemplo, todas as entidades tivessem optado (ou fossem obrigadas a optar) o método do justo valor nos Ativos Fixos Tangíveis? O impacto teria sido igual, maior ou menor? Esta questão constitui, também, um bom tema para um trabalho futuro.

6. Referências

Alves, M. & Antunes, E. (2010). *A Implementação das Normas Internacionais de Relato Financeiro na Europa – Uma Análise dos Casos Polaco e Português*. Disponível em: 06/06/2012, em: http://www.revistaic.org/articulos/num6/articulo2_esp.pdf.

Amaral, C. (2001). *Processo de Harmonização Contabilística Internacional: Tendências atuais*. Disponível em: 07/11/2012, em: http://www4.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD10/gestaodesenvolvimento10_33.pdf.

Araújo, S. (2010). *Impacto da aplicação das normas internacionais de contabilidade nas empresas do PSI 20*. Disponível em: 06/06/2012, em: <http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2384/1/Tese%20Sandra.pdf>.

Aviso nº 15652, de 7 de setembro. *SNC - Estrutura Conceptual*.

Aviso nº 15653, de 7 de setembro. *SNC - Normas Interpretativas*.

Aviso nº 15654, de 7 de setembro. *SNC - NCRF-PE*.

Aviso nº 15655, de 7 de setembro. *SNC - NCRF's*.

Borges, A., Rodrigues, J., Rodrigues, J., & Rodrigues, R. (2007). *As Novas Demonstrações Financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade*. (2ª ed.). Lisboa: Áreas Editora.

Calixto, L. (2010). *Análise das Pesquisas com Foco nos Impactos da Adoção do IFRS em Países Europeus*. Disponível em: 06/06/2012, em: <http://www.face.ufmg.br/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/viewFile/819/pdf46>.

Carvalho, C. & Magalhães, G. (2005). *Análise Económico-Financeira de Empresas*. (2ª ed.). Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.

CNC (2008). *CNC - Projeto do novo modelo contabilístico*. Disponível em: 08/11/2012, em: http://www.cnc.min-financas.pt/sitecnc_divulg_SNC.htm.

Correia, C. (2009). *A imparidade em Ativos Fixos: sua aplicação, mensuração e divulgação*. Disponível em: 08/11/2012, em: <http://ria.ua.pt/bitstream/10773/1498/1/2009001054.pdf>.

Correia, L. (2010). *A implementação do sistema de normalização contabilística numa PME do sector da indústria da construção civil*. Disponível em: 06/06/2012, em: <http://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/2852/1/TESE%20em%20Contabilidade%20Luis%20Correia.pdf>.

Couto, G. & Cordeiro, R. (2006). O impacto das International Financial Reporting Standards na informação financeira das empresas portuguesas. *XI Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria*, Coimbra, Portugal.

Declaração de Retificação nº 67-B/2009. *Retifica o DL ° 158/2009 que aprova o SNC*.

Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho. *Aprovação do SNC*.

Decreto-Lei nº 159/2009, de 13 de julho. *Alterações ao IRC pela adoção do SNC*.

Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro. *Introdução das NIC em Portugal*.

Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março. *Aprovação do ESNL*.

Decreto-Lei nº 47/77, de 7 de fevereiro. *Aprovação do POC*.

Diretiva 2003/51/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho. *Implementação das NIC*.

Encarnação, C. (2009). *Indicadores Económico-Financeiros: Os impactos da alteração normativa em Portugal*. Disponível em: 06/06/2012, em: http://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/1851/1/Projecto%20de%20tese_Indicadores%20economico-financeiros_Carina%20Encarna%C3%A7%C3%A3o.pdf.

Finanças (2012). *Dados estatísticos sobre as declarações submetidas*. Disponível em: 10/11/2012, em: <http://www.portaldasfinancas.gov.pt/pt/main.jsp?body=/portal-dgci/Stats.jsp>.

Freixo, M. (2011). *Metodologia Científica*. (3ª ed.). Lisboa: Instituto Piaget.

Gil, A. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (4ª ed.). São Paulo: Editora Atlas.

Henriques, I., Azevedo, G. & Costa, A. (2010). Regulamento N.º 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à negociação no Luxemburgo. *XIV Encuentro AECA*, Coimbra, Portugal.

INE (2007). *Classificação Portuguesa de Atividades Económicas Ver. 3*. Lisboa.

INE (2012). *Evolução do setor empresarial em Portugal, 2004-2010*. Lisboa.

IRN (2012). *Dados estatísticos sobre a declaração IES*. Disponível em: 10/11/2012, em: <http://www.estatisticasempresariais.mj.pt/Paginas/filtros.aspx?estatistica=1>.

Lei nº 35/2010, de 2 de setembro. *Aprova a NCM*.

Marôco, J. (2010). *Análise Estatística com o PASW Statistics*. Pêro Pinheiro: ReportNumber.

Martins, J. (2009). *Regulamento 1606/2002/CE: Impactos declarados pelas empresas cotadas Irlandesas*. Disponível em: 29/10/2012, em: <http://ria.ua.pt/bitstream/10773/3249/1/2010000286.pdf>.

Martins, M. (2011). *Reg. 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas pertencentes ao PSI20*. Disponível em: 29/10/2012, em: <http://ria.ua.pt/handle/10773/3536>.

Matos, H. (2011). *A Adoção do sistema de normalização contabilística e o seu impacto nas demonstrações financeiras*. Disponível em: 05/11/2012, em: <http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/383/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>.

Matos, J. (1992). *Finanças Internacionais*. (1ª ed.). Lisboa: Editorial Presença.

Murteira, B., Ribeiro, C., Silva, J. & Pimenta, C. (2002). *Introdução à Estatística*. Lisboa: Mcgraw-Hill.

Neto, A. (2007). *Legislação Comercial*. Lisboa: Ediforum.

Neves, J. (2012). *Análise e Relato Financeiro - Uma Visão Integrada de Gestão*. (5ª ed.). Alfragide: Texto Editores.

Pinheiro, S. (2007). *O impacto decorrente da adoção das normas internacionais de relato financeiro - caso da Sonae Indústria, SGPS, SA*. Disponível em: 06/06/2012, em: <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/476/1/sandrapinheiro.pdf>.

Plano Oficial de Contabilidade (2006). Porto: Porto Editora.

Portaria nº 1011/2009, de 9 de setembro. SNC - *Código de contas e notas de enquadramento*.

Portaria nº 986/2009, de 7 de setembro. SNC - *Modelos de Demonstrações Financeiras*.

Recomendação da Comissão 2003/361/CE, de 6 de maio. *Definição de micros, pequenas e médias empresas*.

Regulamento (CE) nº 1126/2008 da Comissão, de 3 de novembro. *IAS / IFRS / SIC*.

Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho. *Aprovação da adoção das NIC*.

Reis, A. (2009). *Reg. 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas pertencentes ao PSI20*. Disponível em: 29/10/2012, em: <http://ria.ua.pt/bitstream/10773/3255/1/2010000515.pdf>.

Rodrigues, J. (2009). *Sistema de Normalização Contabilística Explicado*. Porto: Porto Editora.

Santos, A. & Ferreira, C. (2003). *Normalização Contabilística e Eficiência do Mercado de Capitais*. Disponível em: 06/06/2012, em: http://www.ti.usc.es/lugo-xiii-hispano-lusas/pdf/05_CONTABILIDAD/01_santos_azevedo.pdf.

Santos, M. (2009). *Ativos Fixos Tangíveis numa Empresa de Prestação de Serviços – Transição para o Sistema de Normalização Contabilística*. Disponível em: 06/06/2012, em: http://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/1855/1/TESE%20MESTRADO_Maria%20do%20Ros%C3%A1rio%20Reis%20Santos.pdf.

Silva, E. & Menezes, E. (2005). *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*. (4ª ed.). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

Silva, E. (2011). *Gestão Financeira - Análise de Fluxos Financeiros*. (5ª ed.). Porto: Vida Económica.

Valente, R. (2009). *O sistema de normalização contabilística e o impacto fiscal na tributação direta*. Disponível em: 06/06/2012, em: <http://biblioteca.sinbad.ua.pt/teses/2010000292>.

Vieito, J. & Maquieira, C. (2010). *Finanças Empresariais - Teoria e Prática*. Lisboa: Escolar Editora.

Apêndice 1 – Características das empresas utilizadas na amostra

	Empresa	Nome	Capital Maioritário	Nº Identificação Fiscal	Actividade (Secção CAE)	Dimensão	Volume de Negócios (2010)	Resultado Líquido do Período (2010)	Total Balanço (2010)	Empregados (2010)
1	AGUAS DE SANTAREM	AS - Empresa de ÁGUAS DE SANTAREM, EM SA	Público	508.114.381	E	Media	8.303.766 €	905.503 €	40.537.300 €	122
2	AMBISOUSA	AMBISOUSA - Emp. Intermunicipal de Trat. e Gestão de Res. Sólidos, EIM	Público	504.703.129	E	Pequena	3.669.744 €	396.508 €	10.045.936 €	44
3	APDL	Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA	Público	501.449.752	H	Media	42.968.423 €	6.460.812 €	349.869.459 €	216
4	APSS	Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA	Público	502.256.869	H	Media	18.838.220 €	3.328.546 €	97.769.041 €	175
5	BRAVAL	BRAVAL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA	Público	503.730.947	E	Media	4.925.367 €	579.973 €	15.027.746 €	129
6	CALDAS DE ARÊGOS	Companhia das Águas das CALDAS DE ARÊGOS, EM, SA	Público	504.156.330	Q	Pequena	266.884 €	-81.685 €	2.332.225 €	48
7	CANAS	CANAS, Electro-Montagens, SA	Privado	501.145.923	F	Grande	28.170.738 €	378.358 €	15.866.307 €	396
8	CARRIS	COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, SA	Público	500.595.313	H	Grande	78.309.109 €	-42.257.033 €	162.643.663 €	2.771
9	CHAGAS	FLORENCIO AUGUSTO CHAGAS, SA	Privado	500.117.152	G	Grande	89.253.391 €	1.344.705 €	63.148.474 €	289
10	COPAM	COPAM - Companhia Portuguesa de Amidos, SA	Privado	500.076.138	C	Media	27.184.534 €	1.387.112 €	17.213.226 €	107
11	CP-Comboios de Portugal	CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	Público	500.498.601	H	Grande	238.502.999 €	-195.197.037 €	1.219.732.181 €	3.212
12	CTT	CTT - Correios de Portugal, SA	Público	500.077.568	H	Grande	593.195.504 €	56.304.948 €	1.062.203.553 €	12.473
13	CTT EXPRESSO	CTT EXPRESSO - Serviços Postais e Logística, SA	Público	504.520.296	H	Grande	88.521.153 €	7.549.476 €	44.047.489 €	725
14	EDIFER	EDIFER Investimentos SPGS, SA	Privado	502.879.424	F	Grande	404.031.657 €	11.522.092 €	712.451.063 €	2.519
15	EMEL	EMEL, e.e.m.	Público	503.311.332	H	Grande	23.023.725 €	536.856 €	30.823.984 €	375
16	FERTAGUS	FERTAGUS - Travessia do Tejo, Transportes, SA	Privado	504.226.320	H	Media	26.908.544 €	4.099.231 €	17.056.707 €	190
17	JOSÉ DE MELLO SAÚDE	JOSÉ DE MELLO SAÚDE, SPSP, SA	Privado	502.884.665	Q	Grande	351.375.356 €	-4.156.725 €	343.226.703 €	4.900
18	LISGRÁFICA	LISGRÁFICA - Impressão e Artes Gráficas, SA	Privado	500.166.587	C	Grande	34.741.934 €	-6.793.374 €	68.451.060 €	338
19	LISNAVE	LISNAVE Estaleiros Navais. SA	Privado	503.847.151	C	Grande	102.509.657 €	11.970.158 €	72.439.656 €	330
20	LUSA	LUSA - Agência de Notícias de Portugal, SA	Público	503.935.107	J	Grande	19.213.292 €	654.423 €	18.603.257 €	294
21	PORTUGEN	PORTUGEN Energia, SA	Privado	503.669.105	C	Pequena	6.859.549 €	2.194.334 €	3.941.566 €	49
22	PORTWAY	PORTWAY - Handling de Portugal, SA	Público	504.785.753	H	Grande	36.308.162 €	2.026.330 €	21.448.618 €	1.157
23	RODOVIÁRIA DE LISBOA	Empresa RODOVIÁRIA DE LISBOA, SA	Privado	503.418.455	H	Grande	33.393.615 €	8.283.126 €	132.522.590 €	803
24	RODOVIÁRIA DO TEJO	RODOVIÁRIA DO TEJO, SA	Privado	502.513.900	H	Grande	33.110.008 €	1.961.729 €	39.198.086 €	713
25	RTP	Rádio e Televisão de Portugal, SA	Público	500.225.680	J	Grande	185.313.645 €	15.075.325 €	378.680.978 €	2.412
26	STCP	Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA	Público	500.246.467	H	Grande	49.346.139 €	-37.671.163 €	114.745.837 €	1.512
27	TRATOLIXO	TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM,SA	Público	502.444.010	E	Grande	66.650.402 €	-429.043 €	185.398.302 €	202
28	TST	TST - Transportes Sul do Tejo, SA	Privado	503.344.451	H	Grande	48.729.783 €	1.018.843 €	56.602.488 €	1.151
29	VALORPNEU	VALORPNEU - Sociedade de Gestão de Pneus, Lda	Privado	506.048.373	E	Pequena	10.369.402 €	154.604 €	5.424.423 €	7
30	ZAGOPE	ZAGOPE - Construções e Engenharia, SA	Privado	500.302.200	F	Grande	625.235.000 €	5.865.000 €	744.695.000 €	6.112
30	Totais						3.279.229.701 €	-142.588.070 €	6.046.146.920 €	43.771

Fonte: Elaboração própria

O impacto da adoção do SNC no capital próprio das empresas portuguesas

Apêndice 2 – Variações nos capitais próprios

valores em €																		
	Empresa	CP 2009 (POC)	CP 2009 (SNC)	Δ CP	Δ % CP	Subsídios ao Investimento	Provisões	Goodwill	Participações Financeiras	Inventários	Financiamentos Obtidos	Ativos Fixos Tangíveis	Impostos Diferidos	Benefícios Empregados	Ativos Intangíveis	Capital e Prestações Suplementares	Instrumentos Financeiros Derivados	Outras Variações
1	AGUAS DE SANTAREM	31.715.573	32.836.029	1.120.456	3,5%	1.120.456												
2	AMBISOUSA	5.827.486	5.912.353	84.867	1,5%	107.827	49.224						-28.286					-43.897
3	APDL	238.501.885	288.619.087	50.117.202	21,0%	63.574.067			1.541.931	-5.048			-16.633.702	2.441.315	-507.155			-294.204
4	APSS	37.714.302	76.723.406	39.009.104	103,4%	53.482.426				-31.115			-14.231.178		-195.626		-15.405	
5	BRAVAL	3.839.995	6.984.033	3.144.039	81,9%	3.698.869							-554.830					
6	CALDAS DE ARÊGOS	2.253.610	2.055.954	-197.656	-8,8%											-197.656		
7	CANAS	4.113.092	3.918.440	-194.653	-4,7%									-180.000				-14.653
8	CARRIS	-734.204.093	-733.797.247	406.845	0,1%	884.334						-477.489						
9	CHAGAS	31.522.681	31.522.681	0	0,0%													
10	COPAM	13.978.966	13.996.079	17.113	0,1%	17.113												
11	CP-Comboios de Portugal	-2.234.054.240	-2.236.107.638	-2.053.398	-0,1%	218.937.793	132.060					-58.405.693					-162.885.332	167.774
12	CTT	220.787.625	200.494.661	-20.292.964	-9,2%	410.186		7.131.502	994.099	-955.524		-460.541	10.241.278	-37.690.821				36.857
13	CTT EXPRESSO	29.641.552	29.543.717	-97.835	-0,3%								17.104					-114.939
14	EDIFER	56.647.015	54.740.979	-1.906.036	-3,4%			-1.238.869							-33.414			-633.753
15	EMEL	3.489.476	3.348.064	-141.412	-4,1%								713.163		-689.286			-165.290
16	FERTAGUS	9.167.529	9.167.529	0	0,0%													
17	JOSÉ DE MELLO SAÚDE	32.155.884	32.155.884	0	0,0%													
18	LISGRÁFICA	-15.820.299	-15.971.449	-151.150	-1,0%	229.788							-60.894		-320.044			
19	LISNAVE	36.836.631	35.546.274	-1.290.357	-3,5%									-1.527.000	-104.549			341.192
20	LUSA	8.283.342	8.202.085	-81.258	-1,0%							-48.102						-33.156
21	PORTUGEN	2.888.444	2.592.239	-296.205	-10,3%								106.795	-403.000				
22	PORTWAY	6.802.660	6.802.660	0	0,0%													
23	RODOVIÁRIA DE LISBOA	71.145.154	65.804.431	-5.340.723	-7,5%	744.003									-6.084.727			
24	RODOVIÁRIA DO TEJO	16.121.676	16.537.192	415.516	2,6%	215.532		199.984										
25	RTP	-592.028.631	-689.566.087	-97.537.456	-16,5%	257.152				152.099	-1.430.558	19.249.438			-36.865.656	-56.000.000	8.453.987	-31.353.918
26	STCP	-266.627.412	-237.304.509	29.322.903	11,0%	1.896.107			1.307	14.164	15.951	27.395.377			-4			
27	TRATOLIXO	5.892.955	20.683.804	14.790.849	251,0%	25.448.548	-364.941				-1.803.463	-205.895	-5.030.029				-4.998.483	1.745.111
28	TST	12.850.570	15.154.558	2.303.988	17,9%	1.828.413		1.107.514	-8.281				-484.530		-139.129			
29	VALORPNEU	1.370.128	1.370.128	0	0,0%													
30	ZAGOPE	137.163.000	146.319.000	9.156.000	6,7%		12.454.000		2.000				-3.300.000					
	TOTAIS	-2.822.023.443	-2.801.715.664	20.307.779	0,7%	372.852.614	12.270.343	7.200.131	2.531.056	-825.424	-3.218.069	-12.952.905	-29.245.109	-37.359.506	-44.939.590	-56.197.656	-159.445.233	-30.362.876

Total das variações positivas (€)	149.888.881		372.852.614	12.635.284	8.439.000	2.539.337	166.263	15.951	46.644.815	11.078.340	2.441.315	0	0	8.453.987	2.290.934
Total das variações negativas (€)	-129.581.102		0	-364.941	-1.238.869	-8.281	-991.687	-3.234.021	-59.597.719	-40.323.449	-39.800.821	-44.939.590	-56.197.656	-167.899.220	-32.653.810
Nº de variações positivas (unidades)	12		16	3	3	4	2	1	2	4	1	0	0	1	4
Nº de variações negativas (unidades)	13		0	1	1	1	3	2	5	8	4	10	2	3	8

Fonte: Elaboração própria

Apêndice 3 – Calculo das variações nos CP sem os subsídios ao investimento

valores em €

	Empresa	CP 2009 (POC)	CP 2009 (SNC)	Subsídios ao Investimento	Impostos Diferidos (Subsídios)	CP 2009 (SNC) S/Subsídios	Δ CP	Δ % CP
1	AGUAS DE SANTAREM	31.715.573	32.836.029	1.120.456		31.715.573	0	0,0%
2	AMBISOUSA	5.827.486	5.912.353	107.827		5.804.526	-22.960	-0,4%
3	APDL	238.501.885	288.619.087	63.574.067	-15.802.017	240.847.037	2.345.152	1,0%
4	APSS	37.714.302	76.723.406	53.482.426	-14.491.163	37.732.143	17.841	0,0%
5	BRAVAL	3.839.995	6.984.033	3.698.869	-554.830	3.839.995	0	0,0%
6	CALDAS DE ARÊGOS	2.253.610	2.055.954			2.055.954	-197.656	-8,8%
7	CANAS	4.113.092	3.918.440			3.918.440	-194.653	-4,7%
8	CARRIS	-734.204.093	-733.797.247	884.334		-734.681.581	-477.489	-0,1%
9	CHAGAS	31.522.681	31.522.681			31.522.681	0	0,0%
10	COPAM	13.978.966	13.996.079	17.113		13.978.966	0	0,0%
11	CP-Comboios de Portugal	-2.234.054.240	-2.236.107.638	218.937.793		-2.455.045.431	-220.991.191	-9,9%
12	CTT	220.787.625	200.494.661	410.186		200.084.475	-20.703.150	-9,4%
13	CTT EXPRESSO	29.641.552	29.543.717			29.543.717	-97.835	-0,3%
14	EDIFER	56.647.015	54.740.979			54.740.979	-1.906.036	-3,4%
15	EMEL	3.489.476	3.348.064			3.348.064	-141.412	-4,1%
16	FERTAGUS	9.167.529	9.167.529			9.167.529	0	0,0%
17	JOSÉ DE MELLO SAÚDE	32.155.884	32.155.884			32.155.884	0	0,0%
18	LISGRÁFICA	-15.820.299	-15.971.449	229.788	-60.894	-16.140.343	-320.044	-2,0%
19	LISNAVE	36.836.631	35.546.274			35.546.274	-1.290.357	-3,5%
20	LUSA	8.283.342	8.202.085			8.202.085	-81.258	-1,0%
21	PORTUGEN	2.888.444	2.592.239			2.592.239	-296.205	-10,3%
22	PORTWAY	6.802.660	6.802.660			6.802.660	0	0,0%
23	RODOVIÁRIA DE LISBOA	71.145.154	65.804.431	744.003		65.060.428	-6.084.726	-8,6%
24	RODOVIÁRIA DO TEJO	16.121.676	16.537.192	215.532		16.321.660	199.984	1,2%
25	RTP	-592.028.631	-689.566.087	257.152		-689.823.239	-97.794.608	-16,5%
26	STCP	-266.627.412	-237.304.509	1.896.107		-239.200.616	27.426.796	10,3%
27	TRATOLIXO	5.892.955	20.683.804	25.448.548	-5.252.533	487.789	-5.405.166	-91,7%
28	TST	12.850.570	15.154.558	1.828.413	-484.530	13.810.674	960.104	7,5%
29	VALORPNEU	1.370.128	1.370.128			1.370.128	0	0,0%
30	ZAGOPE	137.163.000	146.319.000			146.319.000	9.156.000	6,7%
	TOTAIS	-2.822.023.443	-2.801.715.664	372.852.614	-36.645.967	-3.137.922.311	-315.898.869	-11,2%

Total das variações positivas (€)	40.105.877	
Total das variações negativas (€)	-356.004.745	
Nº de empresas com variações positivas	6	
Nº de empresas com variações negativas	16	

Fonte: Elaboração própria